

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

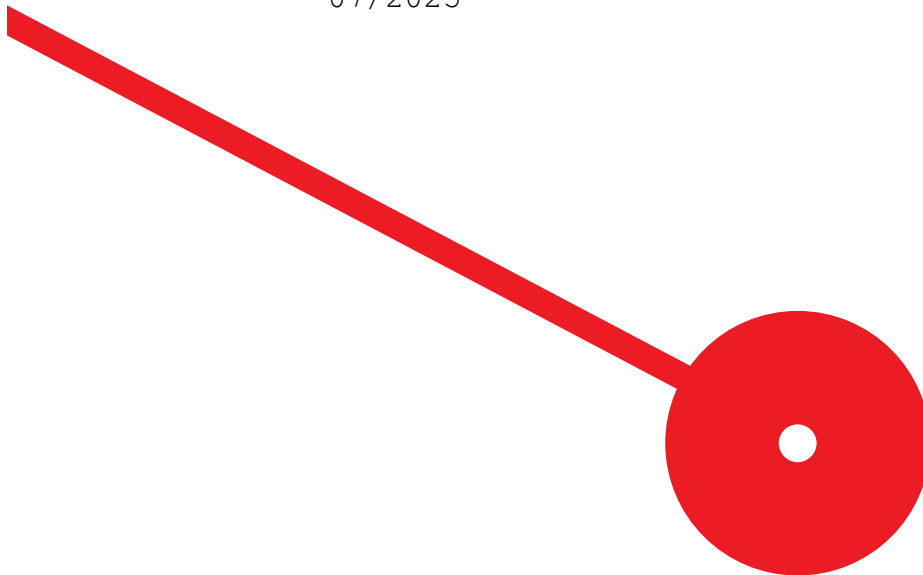
M

MESTRADO
Em Empreendedorismo e Internacionalização

O papel das instituições e do investimento direto estrangeiro na performance exportadora dos países

Rita Ferreira Moreira

07/2025



Rita Ferreira Moreira. O papel das instituições e do investimento direto estrangeiro na performance exportadora dos países.
07/2025

INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO
POLITÉCNICO
DO PORTO

M

MESTRADO
Em Empreendedorismo e Internacionalização

O papel das instituições e
do investimento direto
estrangeiro na performance
exportadora dos países

Rita Ferreira Moreira

**Dissertação de Mestrado
apresentado ao Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto para a
obtenção do grau de Mestre em Empreendedorismo
e Internacionalização, sob orientação da Prof.
Doutora Celsa Maria Carvalho Machado e do Prof.
Doutor Paulo Daniel Duarte Vieira**

Rita Ferreira Moreira. O papel
das instituições e do investimento
direto estrangeiro na performance
exportadora dos países.

07/2025

[página em branco]

Agradecimentos

Esta dissertação corresponde ao fim de mais uma grande etapa da minha vida universitária, e que certamente não será a última.

Todo o esforço e dedicação que estão refletidos neste trabalho não seriam possíveis sem a ajuda incrível de várias pessoas, as quais tenho o respeito e orgulho enorme de as ter na minha vida.

Primeiramente, e às pessoas mais importantes que alguma vez existirão na minha vida, aos meus pais e ao meu irmão. Clara, obrigada pelo amor incondicional de mãe, pela motivação que me empurra sempre para a frente e pelo apoio infinito. Carlos, obrigada pelos inúmeros sermões, pelo amor incondicional de pai e por todo o apoio, mesmo que seja de longe. Fábio, obrigada pelos conselhos, pela proteção, pelo apoio e amor de irmão. Aos meus avós, Armando e Rita que tanto quero orgulhar nesta vida.

Aos meus queridos amigos, pela infinita paciência, por todo o apoio e por tornarem a vida mais bonita com a sua presença.

Aos meus orientadores, Professora Celsa Machado e Professor Paulo Vieira, obrigada por todo o auxílio, contributo e colaboração contínua que fez com que este trabalho fosse possível de concretizar. Especialmente à Professora e orientadora Celsa Machado, agradeço-lhe por toda a paciência, palavras de incentivo e por toda a sabedoria que me transmitiu durante esta etapa.

Por fim, a mim própria, por toda a minha resiliência e ambição.

K e N.

Resumo

Num contexto de globalização e interdependência económica, compreender os fatores que promovem a performance exportadora dos países é essencial para reforçar a sua competitividade no comércio internacional. Este estudo analisa o impacto dos stocks de investimento direto estrangeiro (IDE) inward e outward na performance exportadora, bem como o efeito moderador da qualidade institucional nessa relação, tendo como foco as principais economias do G20. Para tal, foram estimados modelos de dados em painel, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, para o período de 2005 a 2023, abrangendo também as subamostras do G7 e E7.

Os resultados indicam que o IDE inward exerce uma relação de complementaridade com as exportações, enquanto o IDE outward tende a reduzir os fluxos exportadores do país de origem, sugerindo uma relação de substituíbilidade. Verificou-se ainda que a qualidade institucional modera os impactos de ambos os tipos de IDE na performance exportadora.

Observam-se diferenças relevantes entre economias desenvolvidas e emergentes: no G7, o IDE outward tem impacto positivo consistente, enquanto o IDE inward revela efeitos mais ambíguos; no E7, tal como no G20, o IDE inward reforça a performance exportadora, ao passo que o IDE outward tende a reduzi-la.

Em ambos grupos de países a qualidade institucional mantém o seu efeito moderador sobre o impacto do IDE na performance exportadora.

Palavras-chave: Qualidade institucional, IDE inward, IDE outward, Performance exportadora, G20, G7, E7 e Dados em painel

Abstract

In a context of globalisation and economic interdependence, understanding the factors that promote countries' export performance is essential to strengthening their competitiveness in international trade.

This study analyses the impact of inward and outward foreign direct investment (FDI) stocks on export performance, as well as the moderating effect of institutional quality on this relationship, focusing on the main G20 economies. For this purpose, panel data models were estimated using the ordinary least squares method for the period from 2005 to 2023, also covering the G7 and E7 sub-samples.

The results indicate that inward FDI plays a complementary role with exports, while outward FDI tends to reduce export flows from the country of origin, suggesting a substitutability relationship. It was also found that institutional quality moderates the impact of both types of FDI on export performance.

Relevant differences are observed between developed and emerging economies: in the G7, outward FDI has a consistent positive impact, while inward FDI shows more ambiguous effects; in the E7, as well as in the G20, inward FDI strengthens export performance, while outward FDI tends to reduce it.

In both groups of countries, institutional quality maintains its moderating effect on the impact of FDI on export performance.

Key words: Institutional quality, inward FDI, outward FDI, Export performance, G20, G7, E7 and Panel data

Índice geral

Agradecimentos.....	iv
Resumo.....	v
Abstract	vi
Índice de Tabelas	ix
Lista de abreviaturas.....	x
Capítulo I – Introdução.....	1
Capítulo II – Revisão da Literatura.....	5
2.1 Performance exportadora.....	6
2.1.1 Indicadores da performance exportadora	7
2.2 Instituições.....	8
2.2.1 Indicadores de qualidade institucional	10
2.2.2 A qualidade institucional e a performance exportadora	11
2.2.3 Estudos empíricos sobre relação entre a qualidade institucional e a performance exportadora	14
2.3 Investimento Direto Estrangeiro.....	15
2.3.1 IDE inward	17
2.3.1.1 IDE inward e a performance exportadora.....	18
2.3.1.2 Estudos empíricos.....	22
2.3.2 IDE outward	23
2.3.2.1 IDE outward e a performance exportadora.....	23
2.3.2.2 Estudos empíricos.....	26
Capítulo III – Metodologia e amostra.....	31
3.1 Questões de investigação e natureza do estudo	32
3.2 Amostra	32
3.3 Especificação do modelo	34

3.4	Método de estimação	39
Capítulo IV – Análise e discussão dos resultados		41
4.1	Análise descritiva das variáveis.....	42
4.2	Análise da estacionariedade das variáveis.....	44
4.3	Apresentação e discussão dos resultados das estimações.....	46
4.3.1	As subamostras G7 e E7	51
Capítulo V - Conclusão		55
Referências bibliográficas		59
Anexos.....		73

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Mapa conceptual

Tabela 2 - Estudos empíricos

Tabela 3 - Amostra

Tabela 4 - Variáveis do estudo

Tabela 5 - Estatísticas descritivas - G20

Tabela 6 - Correlação das variáveis- G20

Tabela 7 – Testes de estacionariedade

Tabela 8 – Teste de Hausman

Tabela 9 – Teste da Redundância dos efeitos

Tabela 10 – Resultados das estimações, Panel least squares efeitos fixos – G20

Tabela 11 – Resultados das estimações, Panel least squares efeitos fixos – G7

Tabela 12 – Resultados das estimações, Panel least squares efeitos fixos – E7

Tabela A.1 – Estatísticas descritivas – G7

Tabela A.2 – Correlação das variáveis – G7

Tabela A.3 – Estatísticas descritivas – E7

Tabela A.4 – Correlação das variáveis – E7

Tabela B.1 – Resultados das estimações, Panel EGLS modelos aleatórios – G20

Lista de abreviaturas

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

M&A – *Mergers and Acquisitions* (Fusões e Aquisições)

I&D – Investigação e Desenvolvimento

MNEs – Empresas multinacionais

Atualmente, num contexto de globalização e interdependência económica, compreender os fatores que promovem a performance exportadora dos países tornou-se crucial para promover a sua competitividade no comércio internacional. Existe literatura que tem destacado a relevância do investimento direto estrangeiro (IDE), tanto inward como outward, como um dos fatores potencialmente importantes de dinamização das exportações, através de mecanismos como transferência de tecnologia, efeitos de spillovers e integração em cadeias globais de valor (e.g., Zhang e Song, 2001; Zhang, 2005; Sabra, 2021; Sahoo e Dash, 2022; Almalik, Shaheen e Ahmed, 2024; Xiong e Sun, 2021; Zhang et al, 2024). Todavia, outros estudos apontam para impactos negativos do IDE na performance exportadora dos países (e.g., Markusen e Venables, 1999; Bhasin e Kapoor, 2020; Mullen e Williams, 2011; Ihsan e Mustafa, 2022). Paralelamente, a qualidade institucional surge como um elemento determinante na criação de um ambiente estável, transparente e eficiente, que fomenta a confiança dos investidores e facilita o comércio internacional (e.g., Heo, Huyen e Doanh, 2021; Khan, Khan e Ahmad, 2024; Wani, Yasmin e Soudager, 2023).

Existe ainda literatura que sugere a existência de interação entre o IDE e a qualidade institucional, analisando o impacto dessa interação no crescimento económico (Dada e Abanikanda, 2022; Hayat, 2019). No entanto, tanto quanto é do nosso conhecimento, a análise do efeito desta interação sobre a performance exportadora permanece por explorar.

A dinâmica da performance exportadora dos países depende em grande medida das suas características estruturais e institucionais. Grandes economias, como as que compõem o G20, representam cerca de 85% do PIB mundial e 75% do comércio internacional, sendo que têm certamente dinâmicas exportadoras distintas das economias de menor dimensão. A literatura destaca igualmente as diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na captação e realização de IDE, tanto em termos de volume como de natureza, refletindo as desigualdades de capacidade produtiva, tecnológica e institucional.

Neste contexto, a presente dissertação pretende contribuir para a literatura sobre esta temática através da formulação das seguintes questões de investigação: i) Como é que o IDE inward e outward afetam a performance exportadora do G20? ii) De que forma a qualidade institucional influencia o impacto do IDE inward e outward na performance exportadora do G20? iii) Que diferenças se observam nestas relações para os sete maiores países desenvolvidos (G7) e para as sete maiores economias emergentes (E7)?

Para atingir os objetivos definidos e responder às questões de investigação colocadas, o presente estudo recorre a uma metodologia quantitativa, estimando modelos de dados em painel pelo método dos mínimos quadrados, com base numa amostra composta pelos países do G20 e nas subamostras do G7 e E7, para o período de 2005 a 2023. A análise considerará a interação entre os indicadores de qualidade institucional e os stocks de IDE de modo a ser possível testar o efeito moderador da qualidade institucional sobre o impacto do IDE na performance exportadora.

A dissertação encontra-se organizada em 5 capítulos, sendo o primeiro a própria introdução.

No segundo capítulo irá ser abordada a literatura teórica e empírica sobre a temática, realçando as principais teorias, contribuições, estudos e resultados empíricos já obtidos.

No terceiro capítulo irá ser apresentada e desenvolvida a metodologia a ser adotada e será caracterizada a amostra que serve de base ao estudo empírico. Em particular, destaca-se a definição das questões de investigação, a especificação do modelo e a caracterização do método de estimação utilizado.

No capítulo quatro será desenvolvida a análise e discussão dos resultados obtidos das estimações. Primeiramente serão apresentadas as estatísticas descritivas e análises de correlação das variáveis, seguindo-se da análise da estacionariedade das variáveis e terminando com a apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Por fim, no quinto capítulo será apresentada a conclusão do estudo, referindo-se as principais conclusões, as limitações existentes e recomendações futuras.

CAPÍTULO II – REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Performance exportadora

Há várias razões que justificam o porquê de a exportação ser a forma de internacionalização mais acessível, nomeadamente pelo facto de ser um modo rápido e flexível de internacionalização, com pouco risco e que não requer recursos financeiros significativos, permitindo assim à generalidade das empresas o acesso a novos mercados e a possibilidade de aumentar os seus lucros (Cipriano, 2021; Lee e Hall, 2008).

Segundo Bader e Riazuddin (2006), as exportações são a chave para obter divisas e pagar as importações de um país, desenvolvendo-se uma relação sistemática entre exportações e importações. Por outro lado, as atividades de exportação trouxeram bastantes vantagens para a economia mundial ao permitirem que as economias emergentes e em desenvolvimento se ligassem à economia mundial, promovendo a transferência de tecnologia.

Segundo Handoyo et al. (2024), a performance exportadora reflete o sucesso (ou fracasso) de um país ou empresa na exportação para mercados internacionais, sendo que a performance exportadora poderá funcionar como alavanca para que um país consiga alcançar um progresso económico bem-sucedido (Ramadhani et al., 2018; Amornkitvikai et al., 2013; Bader e Riazuddin, 2006). A maioria dos países, como menciona Handoyo et al. (2024), tendem a evitar impactos negativos nas exportações, focando-se em exportações sustentáveis de modo a contribuir para o seu melhor crescimento económico. Tal acontece devido ao facto de o comércio ser um motor do crescimento económico e integração, sendo que um país pode utilizar o seu potencial comercial disponível para se desenvolver continuamente. Deste modo, o progresso económico de um país traduz-se no resultado de uma performance exportadora robusta (Handoyo et al. 2024; Abdullahi et al. 2021; Jiang, Zhang e Lin, 2021; Ramadhani et al., 2018; Amornkitvikai et al., 2013).

As exportações e a performance exportadora¹ (por exemplo, o crescimento das vendas por exportação, ao nível da empresa, e o peso das exportações no PIB de um país, ao nível macroeconómico) são influenciadas por vários fatores. A literatura destaca várias determinantes da performance exportadora, entre as quais: o PIB potencial, o custo unitário do trabalho, o rácio capital-produto, a eficiência, a dimensão do governo, o desvio padrão da taxa de câmbio nominal efetiva, os stocks de IDE, o valor das despesas de investigação e

¹ A performance exportadora pode ser medida por vários indicadores, como veremos em seguida, na seção 2.1.1.

desenvolvimento, a utilização de patentes, a escolaridade média, a percentagem da população com educação superior, o sistema legal e os direitos de propriedade, a estabilidade do valor do dinheiro (“*solid money*”), o grau de abertura comercial e a regulamentação (Handoyo et al., 2024; Castellani e Fassio, 2019, Bierut e Dybka, 2019).

Segundo Beltramello, Backer e Moussiegt (2012), a performance exportadora dos países é analisada ao nível da evolução das margens intensivas e extensivas. Relativamente às margens intensivas, as exportações podem crescer ao mesmo tempo que as empresas exportam mais volume ou valor em produtos que já transacionavam. No que diz respeito às margens extensivas, as exportações de um país podem aumentar devido ao desenvolvimento dos mercados, à medida que as empresas exportam os seus produtos para novos parceiros, e através da inovação, à medida que as empresas desenvolvem novos produtos e os exportam para os parceiros existentes e/ou para novos mercados.

2.1.1 Indicadores da performance exportadora

Existem vários indicadores de performance exportadora, não existindo, contudo, uma medição padrão e consensual na literatura, justificando assim a abundância de alternativas apresentadas.

Segundo Beleska-Spasova (2014), existem indicadores económicos e não económicos para medir a performance exportadora. Para os objetivos desta dissertação, apenas serão abordados os indicadores económicos, os quais podem ser subdivididos em indicadores relacionados com as vendas e com o tipo de mercado.

Relativamente aos indicadores relacionados com as vendas, os indicadores da performance exportadora, recolhidos e usados no trabalho de Beleska-Spasova (2014), são a intensidade das exportações (peso das exportações nas vendas totais), o crescimento da intensidade das exportações, o crescimento da intensidade das exportações em comparação com a concorrência, o crescimento das vendas por exportação, o crescimento das vendas por exportação em comparação com a concorrência, o retorno do investimento nas vendas por exportação, o retorno do investimento nas vendas por exportação em comparação com a concorrência, o volume das vendas por exportação e volume das vendas por exportação em comparação com a concorrência.

Relativamente aos indicadores relacionados com o mercado, Beleska-Spasova (2014) recolheu os seguintes indicadores: quota de mercado das exportações, quota de mercado das exportações em comparação com a concorrência, crescimento da quota de mercado das exportações, crescimento da quota de mercado de exportação em comparação com a concorrência, ganho de quota de mercado, diversificação de mercados e entrada em novos mercados, por parte da empresa e em comparação com a concorrência.

2.2 Instituições

Segundo Commons (1934), as instituições são definidas como atos coletivos que controlam atos individuais, sugerindo que a sociedade é feita de instituições como o Estado, a família, as empresas, associações comerciais, entre outros.

North (1991) é talvez o autor mais citado em estudos que abordam a relação das instituições e/ou da sua qualidade com o comércio. Este defende que as instituições são restrições criadas pelo homem para estruturar a interação política, económica e social, e que, ao longo da história, foram idealizadas para criar ordem e reduzir a incerteza nas negociações e transações. As instituições consistem em regras formais, como a Constituição do país, leis e direitos de propriedade, mas também condicionalismos informais, como sanções, costumes, tradições e códigos de conduta. North (1991) argumenta que as instituições evoluem e fornecem a estrutura de incentivos de uma economia; e, à medida que a estrutura evolui, ela molda o rumo da economia para o crescimento, estagnação, ou até mesmo o declínio.

Acompanhando o raciocínio de North (1991), Peng et al. (2009) e Kim e Song (2017) defendem que a redução da incerteza nas transações pode ocorrer em ambientes institucionais onde é possível a aplicação de regras e restrições. As instituições podem ainda impor incentivos de performance de acordo com padrões aceitáveis e influenciar a viabilidade do exercício da atividade económica (North, 1991; Scott, 1995; Lewellyn 2014).

Segundo Tuomela (2002; 2013), as instituições são sistemas de ação normativa coletivamente construídos, constituídos por normas e práticas sociais. Já Ipek e Tanyeri (2021) defendem que existe uma teoria institucional, baseada na ideia de que as instituições são as regras do jogo na sociedade.

As instituições são assim responsáveis por desenvolver regras, políticas e acordos que ajudam a promover o crescimento económico. Influenciam o comportamento dos agentes económicos e, consequentemente, a performance económica (Samadi e Alipourian, 2021), sendo a sua principal função organizar grupos, facilitar a interação e coordenação entre eles, reduzir incerteza nas atividades económicas e encorajar o desenvolvimento económico. Segundo LiPuma et al. (2013), países desenvolvidos e com fortes instituições conseguem tomar melhores decisões no âmbito do comércio internacional.

Na literatura sobre esta temática, um dos aspetos enfatizados é a distinção entre instituições formais e informais.

As instituições formais são criadas pelas autoridades governamentais (como por exemplo, os tribunais) e estabelecidas através de canais oficiais (Helmke e Levitsky, 2004). Regras políticas, leis económicas, direitos de propriedade e dinheiro são instituições formais (Barbosa e Páramo, 2023), podendo ser vistas como um produto exógeno imposto à sociedade (Mantzavinos et al., 2004).

De acordo com Barbosa e Páramo (2023), as leis e regulamentos que determinam a dinâmica de uma indústria constituem instituições formais. Assim sendo, as instituições formais podem moldar as exportações através da regulamentação das atividades comerciais (North, 1990).

Em contrapartida, segundo Barbosa e Páramo (2023), as instituições informais são definidas como normas e crenças que servem como plataforma para comportamentos sociais. As instituições informais correspondem assim aos elementos relacionados com a cultura, com um conjunto de valores, crenças e conhecimentos que caracterizam o comportamento da população. De acordo com a linha de pensamento de Helmke e Levitsky (2004), Lewellyn (2014) defendem que as instituições informais são normas sociais e códigos de conduta que guiam os comportamentos humanos, geralmente não escritos, estabelecidos em canais expressos como não oficiais. Segundo Mantzavinos et al. (2004), estas instituições são um produto endógeno em cada sociedade.

2.2.1 Indicadores de qualidade institucional

Segundo Fanta (2011), medir a qualidade institucional tem sido uma tarefa difícil para os economistas, pois não existem padrões de medição universais, sendo o maior entrave o facto de as instituições não serem algo tangível. No entanto, os economistas utilizam vários dados recolhidos pelas organizações como forma de medição aproximada da qualidade institucional, existindo dois tipos de medição da qualidade institucional abordados na literatura económica: objetiva e subjetiva.

A medição objetiva da qualidade institucional inclui indicadores que revelam, por exemplo, se um país já teve um governo socialista, o número de assassinatos políticos observados, o número de revoluções e golpes de Estado por ano, caso dos indicadores utilizados por Barro et al. (1991) e assumidos como tendo efeitos negativos nos direitos de propriedade, no investimento e no crescimento económico. Adicionalmente, temos as medidas do grau de liberdade política e liberdade civil de Gastil (Gastil, 1983, 1986, citado em Knack e Keefer, 1995, p. 208). Por fim, o conjunto de dados empresariais do Banco Mundial pode também ser considerado uma medição objetiva da qualidade institucional (Fanta, 2011). Este tipo de medição tem a vantagem de incorporar muita informação sobre a estabilidade política, mas tem a desvantagem de fornecer pouca informação relativamente à estrutura de mecanismos de incentivos e de ser endógena, como reconhecido por Knack e Keefer (1995).

Devido às limitações da medição objetiva, os economistas começaram a utilizar com mais frequência a medição subjetiva. Mauro (1995) e Knack e Keefer (1995) foram dos primeiros autores a procurar utilizar este tipo de medição. Mauro (1995) utilizou os índices de corrupção, a estabilidade política, a probabilidade de tomada de controlo do governo por um grupo da oposição e a relação com países vizinhos. A par de Mauro (1995), organizações privadas como o *International Country Risk Guide* (ICRG) e o *Business Environmental Risk Intelligence* (BERI) também utilizam indicadores semelhantes na avaliação de possíveis investimentos em países estrangeiros (Mauro, 1995). O *Worldwide Governance Indicator* (WGI) é um dos indicadores da qualidade institucional mais utilizados, fornecendo dados de 6 dimensões de governança, nomeadamente, voz e responsabilização, estabilidade política e ausência de violência/terrorismo, eficácia do governo, qualidade regulatória, estado de direito e controlo da corrupção, sendo que todas as dimensões estão relacionadas com a incerteza política, social e económica (Jung, 2022). Por fim, existe ainda o *Global*

Competitive Index do *World Economic Forum*, que avalia fatores institucionais como a corrupção, proteção dos direitos de propriedade e qualidade do governo (Fanta, 2011). Estes índices são considerados bastante confiáveis e fidedignos por seguirem procedimentos de validação e fiabilidade.

A grande vantagem da medição subjetiva é a captação das percepções que moldam a estrutura de incentivos e não os factos (Mauro, 1995). Por outro lado, a desvantagem é que a informação é limitada ao sector formal e urbano da economia, não incluindo aspetos importantes sobre outros sectores (Pande e Udry, 2005).

2.2.2 A qualidade institucional e a performance exportadora

A importância das instituições para o crescimento e desenvolvimento económico tem sido um tema cada vez mais estudado (Heo, Huyen e Doanh, 2021).

O estudo das instituições e a sua relação com o comércio internacional remontam a teorias como a das vantagens comparativas, a teoria de Heckscher-Ohlin (H-O) e teorias com foco nos custos de transação, mostrando como estes podem afetar as vantagens comparativas. A literatura económica defende assim que a qualidade das instituições influencia os padrões de vantagens comparativas, como a disponibilidade de fatores ou a tecnologia (Levchenko, 2004, 2007; Anderson e Young, 2006; Acemoglu et al., 2005; Iwanow, 2008; Ferguson e Formai, 2013; Nunn e Trefler, 2014). Para além dos estudos sustentados em teorias tradicionais do comércio, a relação entre as instituições e o comércio internacional tem beneficiado de outros modelos teóricos mais recentes (Oshota e Wahab, 2022).

Segundo North (1991), instituições com elevada qualidade são vistas como um pilar que contribui para reduzir a incerteza e promover a eficiência, favorecendo assim a performance económica. Melhor qualidade institucional permite a um país retirar maiores ganhos do comércio internacional, devido às vantagens comparativas associadas a reduzidos custos de informação e ao cumprimento de contratos. Contudo, o impacto na performance económica depende também da interação entre as políticas e as instituições.

Numa outra perspetiva, economistas que estudam o crescimento económico consideram que a qualidade institucional é um fator importante para que os países em desenvolvimento possam facilitar e agilizar o comércio internacional e, consequentemente,

contribuam para a transferência de novas tecnologias provenientes de economias líderes, de forma a conseguirem alcançar um maior crescimento (Barro e Sala-i-Martin, 1997).

Dado que o comércio internacional ajuda a disseminar novas ideias e tecnologias de países com economias fortes para países em desenvolvimento, neste âmbito, a qualidade institucional cria condições de concorrência equitativas e ajuda os países em desenvolvimento, encorajando empresas viáveis a envolver-se mais amplamente no comércio internacional, substituindo as empresas que estão envolvidas em áreas de produção nas quais os países não tem vantagem comparativa. Deste modo, ao facilitar as exportações, a qualidade institucional desempenha um papel de conexão entre o comércio internacional e o crescimento económico. (Barro e Sala-i-Martin, 1997; Fanta, 2011).

De outro ponto de vista, segundo Nunn (2007) e Levchenko (2007), as instituições jurídicas são também uma determinante importante para as exportações. Autores como Li e Samsell (2009) e Wu et al. (2012) defendem que a direção do efeito da governança no comércio internacional depende da própria efetividade dos sistemas de governação. Do mesmo modo, Wu et.al (2012) demonstra que a governança baseada em redes de negócios também tende a ter um impacto importante no comércio internacional.

Segundo Bah et al., (2021), aspetos da qualidade institucional como a estabilidade política, representação e responsabilização, e a corrupção, demonstram ter um impacto positivo na performance exportadora. Em concordância, Yu et al. (2015) também afirmam que a elevada qualidade institucional, alicerçada na eficiência do Estado de Direito e na boa dotação de instituições informais, promove o comércio internacional.

Já segundo Fanta (2011) o rápido crescimento do comércio internacional só é possível quando suportado por instituições fortes, particularmente um sistema legal capaz de executar contratos comerciais e executar eficazmente os procedimentos legais.

Sendo assim, as instituições regulam diferentes aspetos, incluindo legislação fundamental para o comércio, assegurando uma elevada taxa de execução de acordos e contratos, de modo a promover o desenvolvimento económico. Neste contexto, verifica-se, geralmente, que as economias mais avançadas apresentam uma qualidade institucional superior, promovendo e melhorando a performance de várias atividades económicas como o comércio (Levchenko, 2007). Segundo Dollar e Kraay (2003), existe mesmo uma relação direta entre a qualidade institucional e as possibilidades de aumento de fluxos comerciais, o que por sua vez promove o crescimento económico.

Na literatura económica, são vários os estudos que defendem a importância da qualidade institucional para o comércio, a performance exportadora e a performance económica dos países, remontando os primeiros contributos teóricos a North (1991).

North (1993) afirma que a inexistência de uma estrutura estável que facilite o Estado de Direito, o excesso de intervenção governamental e de burocracia, e a ausência de uma infraestrutura forte de governação para supervisionar o desenvolvimento do sector privado e a proteção dos direitos de propriedade, poderá resultar num aumento muito significativo dos custos de transação.

North (1990) defende assim que as deficiências institucionais, decorrentes de uma aplicação incoerente das regras, de quadros jurídicos ineficientes e da corrupção, tem sido fontes de instabilidade que por sua vez são entraves à inovação e ao crescimento de um país.

Segundo Beck et al. (2008), uma característica institucional típica das economias emergentes, contrária à dos países desenvolvidos, é o facto de serem economias tendencialmente mais fechadas ao exterior e de procurarem impedir a entrada de empresas concorrentes no país. Ou seja, segundo Beck et al. (2008), é mais provável que os seus mercados financeiros se caracterizem por barreiras elevadas, tais como a obrigatoriedade de saldos mínimos nas contas bancárias, comissões bancárias e burocracia documental, resultando em mercados financeiros pouco desenvolvidos e que constituem um obstáculo ao crescimento económico (Banco Mundial, 2000).

Anderson e Marcouiller (2002) argumentaram que a insegurança, associada a uma aplicação imperfeita de contratos e à corrupção, trava o comércio, porque aumenta o preço dos bens comercializados. Estudos como o de Méon e Sekkat (2008) chegaram a confirmar o argumento de Anderson e Marcouiller (2002), demonstrando que a fraca qualidade institucional atua como uma taxa sobre os fluxos de comércio. Na mesma linha de raciocínio de Anderson e Marcouiller (2002), Rauch (2001) argumentou que a fraca qualidade institucional influencia negativamente o comércio devido ao aumento dos custos de transação. Para Creane e Jeitschko (2016), instituições com fraca qualidade podem reduzir o retorno dos produtos comercializados, causando uma perda de bem-estar nacional.

É ainda possível observar que as instituições tendem a ser mais robustas em países desenvolvidos do que em países em desenvolvimento. Isto deve-se ao facto de as políticas governamentais, nos países em desenvolvimento, serem caracterizadas por fraca aplicação

judicial, por não existir uma proteção efetiva dos direitos dos investidores e acionistas, pelas restrições ao crédito, entre outros aspetos (Acemoglu et al, 2005).

2.2.3 Estudos empíricos sobre relação entre a qualidade institucional e a performance exportadora

Vários investigadores estudam a relação entre a qualidade institucional e a performance exportadora, com resultados positivos e negativos (Cf. Tabela 2).

Relativamente aos estudos que utilizam amostras constituídas por vários países, de referir o estudo de Redding e Venabals (2004) com um total de 101 países, Jansen e Nordås (2004) com amostras que variam entre 140 e 150 países, e Yushi e Borojo (2019) que consideram uma amostra de 44 países africanos, apresentando resultados que demonstram que a qualidade institucional promove a performance exportadora dos países.

Quanto a estudos sobre comunidades económicas, de salientar os estudos de Martínez-Zarzoso e Márquez-Ramos (2019) e de Méon e Sakket (2004) sobre a MENA (regiões do Médio Oriente e Norte de África), os estudos de Sila (2016) e Andolo (2015) sobre a CAO (Comunidade da África Oriental), o estudo de Heo, Huyen e Doanh (2021) sobre a NAFTA, e o estudo de Tondé (2024) sobre os Países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA). Todos os estudos sugerem também resultados positivos para a relação entre a qualidade institucional e a performance exportadora, sendo que Méon e Sakket (2004) e Tondé (2024) referem que a fraca qualidade institucional é detrimental para as exportações dos países constituintes das comunidades económicas.

Por fim, relativamente a estudos com foco num único país, temos os estudos de Soeng e Cuyvers (2018) sobre o Camboja, o estudo de Berkowitz et al. (2004) sobre a Indonésia, o estudo de Feenstra et al. (2013) sobre 30 províncias chinesas, o estudo de Wani, Yasmin e Soudager (2023) sobre a Índia, e o estudo de Khan, Khan e Ahmad (2024) sobre o Paquistão. À semelhança dos estudos anteriores, estes também apresentam resultados positivos para a relação entre a qualidade institucional e a performance exportadora.

Apesar da contribuição empírica e teórica, não há estudos que investiguem especificamente o impacto da qualidade institucional na performance exportadora do grupo do G20, sendo que os estudos mais próximos em termos de abrangência de países constituintes do G20 são os estudos de Heo, Huyen e Doanh (2021), que abordam o Canadá, os Estados Unidos da América e o México, o estudo de Berkowitz et al. (2004) sobre a

Indonésia, o estudo de Feenstra et al.,(2013) sobre as 30 províncias chinesas e o estudo de Wani, Yasmin e Soudager (2023) sobre a Índia. Sendo assim, é notória a existência de uma lacuna na literatura.

2.3 Investimento Direto Estrangeiro

O Investimento Direto Estrangeiro, segundo Samantha e Haiyun (2018), pode ser descrito como o fluxo internacional de capital de um país para o outro, através da criação de subsidiárias ou da obtenção do controlo de um negócio ou empresa noutra país, transferindo fundos, tecnologia e competências de gestão e interligando a economia doméstica ao mundo.

Como conceito, o investimento direto estrangeiro (IDE) tem várias definições possíveis, apresentadas por diferentes autores e instituições.

Segundo o Banco Mundial e a FAO (2025), o IDE é um tipo de investimento que tem como objetivo adquirir uma influência de gestão duradoura, nomeadamente 10% ou mais do capital, numa empresa que opera numa economia estrangeira. O IDE pode ser realizado por pessoas singulares ou por entidades empresariais. Sendo assim, o investidor direto estrangeiro tem como objetivo, na maioria das vezes, ter acesso a recursos naturais, mercados, mão de obra, tecnologia, garantir a segurança dos abastecimentos e/ou controlar a qualidade de um determinado produto.

Há duas grandes formas de IDE: ‘*Mergers and Acquisitions*’ (Fusões e Aquisições) e investimento “*Greenfield*” (Investimento de Raiz).²

Segundo o Banco Central Europeu (2018), entre 2000 e 2016 a percentagem do volume de IDE no PIB mundial aumentou de 22% para 35%. Após um declínio durante a crise financeira de 2008, as fusões e aquisições (F&A), a componente mais dinâmica do IDE, recuperaram, atingindo um valor recorde de 1,2 mil milhões de dólares no primeiro trimestre de 2018. A intensificação da atividade de IDE tem implicações importantes tanto para os países de origem do IDE, como para os países de destino, em termos de crescimento económico. (Banco Central Europeu, 2018).

² M&A são um tipo de investimento que, quando realizado através de fusões, conjuga os ativos e as operações de empresas de diferentes países para criar uma entidade jurídica, e, no caso de uma aquisição, transfere o controlo dos ativos e operações de uma empresa local para uma empresa estrangeira. O investimento greenfield inclui todas as transferências financeiras da sede de uma multinacional para a sua filial e vice-versa, assumindo a forma de capitais próprios ou de empréstimos (Loayza, Calderón e Servén, 2004)

Adicionalmente, a teoria económica demonstra que o IDE tem efeitos benéficos tanto no país hospedeiro do investimento, neste caso IDE inward, como no país que faz o investimento, ou seja, IDE outward (Hayes, 2024).

Em termos de tipologia, o IDE pode ser classificado de várias formas, dependendo da perspetiva do país recetor do IDE e dependendo da perspetiva da empresa investidora.

Da perspetiva da empresa investidora, e segundo Caves (1971), o IDE pode ser horizontal, vertical ou conglomerado. IDE horizontal refere-se aos investimentos que são realizados com o objetivo de expandir as operações da empresa, em termos geográficos, no país recetor, como é o caso da criação de uma filial. (Okechukwu, 2019; Helpman, Melitz e Yeaple, 2004). Por outro lado, o IDE vertical tem como objetivo dar suporte à cadeia de abastecimento da empresa, podendo envolver a descentralização da produção num país estrangeiro, aproveitando vantagens locais desse país (Okechukwu, 2019). Por fim, o IDE conglomerado incorpora a diversificação do produto para a empresa, normalmente envolvendo tanto a realização de atividades como de produtos diferentes (Okechukwu, 2019). Apesar destas tipologias de IDE não serem o foco principal do presente estudo, é importante referi-las, pois dão origem a diferentes fluxos de exportações.

Contudo, as duas tipologias (em termos direcionais) de IDE mais mencionadas na literatura, e que se traduzem no foco principal deste estudo, são o IDE inward e o IDE outward, pelas diferentes implicações nas exportações. Trata-se de tipologias baseadas na perspetiva do investidor e do recetor de IDE, sendo o recetor quem recebe IDE (inward) e o investidor quem realiza IDE (outward).

O IDE pode ter impactos significativos tanto no país que recebe o IDE como no país de origem de IDE. Dada a existência de efeitos positivos e negativos associados ao IDE, há, na literatura económica, argumentos teóricos que suportam quer relações de substituição das exportações, quer relações de complementaridade das exportações do país de origem do IDE (Blonigen, 2001), mas também do país recetor de IDE. A tabela 1 apresenta argumentos teóricos sobre a complementaridade e substituíbilidade das exportações pelo IDE inward e IDE outward, os quais serão explanados nas secções seguintes.

Tabela 1: Mapa conceptual

IDE Inward	Complementaridade das exportações	Modelo "Flying Geese" (1960)
		Teoria do Ciclo de Vida do Produto de Vernon (1966)
		Zang e Song (2000), UNCTAD (2002) - Efeitos diretos e indiretos nas exportações
	Substituição das exportações	Markusen e Venables (1999)
IDE Outward	Complementaridade das exportações	Modelo H-O-S (1949) e Mundell (1957) relativamente às diferenças tecnológicas de produção
		Ricardo (1817)
		Schmitz e Helmberger (1970)
		Kojima (1978), Helpman (1984)
		Helpman e Krugman (1987)
	Substituição das exportações	Modelo H-O-S (1949)
		Mundell (1957)
		Markusen (1984)
		Bhasin e Kapoor (2020)

Fonte: elaboração própria

2.3.1 IDE inward

Podemos quantificar o IDE realizado em termos de fluxos e stocks. O fluxo de IDE, seja inward ou outward, refere-se às transações registadas durante o período de referência (normalmente ano ou trimestre). Já o stock de IDE refere-se ao valor acumulado detido no final do período de referência (UNCTAD, n.d).

O IDE inward inclui todos os passivos e ativos transferidos da empresa investidora para o recetor do IDE. Relativamente ao stock de IDE inward, a OCDE define-o como o valor da participação dos investidores estrangeiros no capital na economia declarante, incluindo também o valor dos empréstimos líquidos a empresas residentes na economia declarante. (OCDE, n.d).

O IDE inward entra no país recetor de diferentes formas, nomeadamente através de 'Mergers and Acquisitions', investimento greenfield, investimento *brownfield*³ e através de licenças e transferência de tecnologia (Okechukwu, 2019).

A relação entre o IDE inward e as exportações do país que recebe o IDE advém do facto de o IDE ser um tipo de investimento/capital transfronteiriço. Através da gestão e técnicas de marketing, tecnologia e outros ativos de qualidade superior, as empresas estrangeiras e as suas filiais acabam por influenciar as exportações do país hospedeiro do investimento (Okechukwu, 2019).

2.3.1.1 IDE inward e a performance exportadora

O impacto do IDE inward é uma questão fundamental a ser investigada devido ao impacto que os inflows e stocks de IDE têm nos países hospedeiros do investimento, nomeadamente ao nível do comércio.

Segundo Blomström e Kokko (2000), a literatura sugere que o impacto do IDE inward ocorre através de *spillovers*, traduzindo-se na imitação de tecnologias, contratação de trabalhadores das MNEs (empresas multinacionais), melhoria da produtividade das empresas nacionais, etc. De acordo com Sabra (2021), o IDE promove o investimento local, a formação de capital humano e a produção doméstica. Mais especificamente, promove o desenvolvimento de técnicas de produção e o know-how, tecnologias novas e avançadas, qualidade de produção, criação de novos produtos, oportunidades de emprego, expansão do comércio e uma maior facilidade de penetração em mercados estrangeiros, onde as empresas multinacionais têm estabelecidas as suas fortes networks globais de marketing, que por sua vez reforçam a capacidade de exportação local.

O IDE pode assim impulsionar as exportações de várias formas, como, por exemplo, fornecendo capital adicional para a produção das exportações, através da facilitação da transferência de tecnologia, aumento e modernização do stock de produtos existentes, melhoria das competências técnicas e de gestão dos trabalhadores das empresas domésticas,

³ O investimento *brownfield* é realizado quando empresas privadas assumem a gestão de sistemas de serviços de infraestruturas em mau estado de conservação pertencentes ao governo, melhorando a sua eficiência, realizando investimentos necessários e recuperando todos os seus custos, além de obterem lucros razoáveis a longo prazo (Leigland, 2008).

acesso a linhas de distribuição globais para comercializar as exportações em mercados internacionais, e modernização da estrutura das exportações no país que recebe o IDE (Zhang, 2006; Harding e Javorcik, 2011; Moran, 2011; Rahmaddi e Ichihashi, 2013; Goh e McNown, 2017; Ahmad et al., 2018).

Para Sabra (2021), os inflows de IDE são um pilar essencial e imperativo de reforço da produção do país hospedeiro, complementando as suas exportações.

Na literatura económica, são vários os autores que apontam a existência de efeitos diretos e indiretos do IDE inward nas exportações dos países hospedeiros, casos de Zhang e Song (2001), a própria UNCTAD (2002), Zhang (2005), Sultan (2013), Rahmaddi e Ichihashi (2013) e Samantha e Haiyun (2018).

Os efeitos diretos do IDE inward estão relacionados com a transferência de know-how e competências de gestão, conhecimento do mercado internacional e diversificação de mercados. O primeiro efeito direto está relacionado com o facto de as empresas multinacionais trazerem know-how, melhores competências de gestão empresarial, skills de marketing e uma tecnologia mais avançada que vai influenciar a transformação local de matérias-primas. Neste caso, as empresas estrangeiras poderão ter melhor potencial de exportação do que as empresas domésticas devido às suas competências mais avançadas. Sendo assim, as empresas estrangeiras vão ligar o país recetor aos mercados internacionais de uma forma mais eficiente do que as empresas domésticas, ou pelo menos enquanto as empresas domésticas não conseguirem alcançar o mesmo nível das empresas multinacionais.

O segundo efeito direto do IDE inward é relativo ao conhecimento do mercado internacional e das exportações de produtos finais. Os países têm de enfrentar bastantes obstáculos para se tornarem exportadores bem-sucedidos e para conseguirem entrar nos mercados internacionais, como estabelecer linhas de distribuição, aprender normas industriais e alcançar a competitividade internacional. As empresas multinacionais desempenham um papel importante ao conseguirem ajudar os exportadores dos países em desenvolvimento a entrar nos mercados internacionais, através de contratos e acordos específicos que estabelecem a ligação entre os exportadores e os consumidores finais.

Por fim, o terceiro efeito direto é relativo à diversificação de mercados e processos de trabalho intensivo e especialização de componentes em indústrias internacionais integradas verticalmente. Este tipo de produção está geralmente associado com a transformação e montagem de componentes, com os países hospedeiros a processar produtos

intermediários ou inacabados, de modo a exportá-los para o país de origem da empresa multinacional como produto finalizado. Normalmente, grande parte destas exportações são transações entre empresas multinacionais e empresas nacionais do país hospedeiro de IDE (Zhang e Markusen, 1999). Assim, é possível que o país hospedeiro de IDE consiga diversificar os seus mercados de exportação.

Zhang e Song (2001), UNCTAD (2002), Zhang (2005), Sultan (2013), Rahmaddi e Ichihashi (2013) e Samantha e Haiyun (2018) defendem ainda a existência de efeitos indiretos do IDE inward nas exportações do país hospedeiro, como a aprendizagem por observação, a melhoria da competitividade e a estrutura de ligação entre as empresas multinacionais e as empresas domésticas.

Relativamente à aprendizagem por observação, as empresas locais podem conseguir aumentar as suas exportações através da observação das atividades de exportação das empresas multinacionais, de modo a utilizarem as infraestruturas de transporte, comunicações e serviços financeiros para dar suporte a essas atividades (Haddad e Harrison, 1993). Sultan (2013) salienta que, neste âmbito, o IDE inward tem efeitos de *spillovers* nas atividades de exportação das empresas domésticas, através da aprendizagem e imitação.

O segundo efeito indireto está relacionado com a melhoria da competitividade das empresas domésticas e a difusão de novas tecnologias. Dispondo de inúmeras vantagens competitivas, por exemplo, ao nível da tecnologia de processamento de produtos ou ao nível de técnicas e competências de gestão, as multinacionais podem influenciar a estrutura da economia do país hospedeiro de IDE, como também podem influenciar a performance das empresas domésticas. Ao trazerem competitividade para o mercado doméstico, as empresas multinacionais forçam as empresas domésticas a adotarem métodos mais eficientes para se manterem competitivas e conseguirem continuar a sobreviver no mercado doméstico.

Por fim, um último terceiro efeito indireto está relacionado com a estrutura de ligação entre as empresas multinacionais e as empresas domésticas. Se as empresas estrangeiras, orientadas para a exportação, aumentarem a aquisição de fatores de produção a empresas locais, enquanto a empresa multinacional ganha e desenvolve maturidade, então a balança comercial do país hospedeiro poderá melhorar (Din, 1994).

De seguida, são referidas algumas teorias que suportam uma relação de complementaridade entre o IDE inward e as exportações do país hospedeiro, como é o caso

do Modelo ‘*Flying Geese*’ (1960) e da Teoria do Ciclo de Vida do Produto de Vernon (1966) (Sultan, 2013).

O Modelo ‘*Flying Geese*’ defende que para reduzir o custo de produção e manter a competitividade, as empresas multinacionais mudam a localização da produção do seu país de origem, que tem mão de obra mais cara, para o país hospedeiro, com mão de obra mais barata e acessível. Utilizando assim a mão de obra abundante e barata do país hospedeiro, as empresas multinacionais aumentam a capacidade de exportação do país hospedeiro. Além disso, a realização de IDE inward irá fornecer nova tecnologia, bens de capital, e competências de gestão para o país hospedeiro de IDE, promovendo e melhorando a produtividade e competitividade das empresas nacionais, alavancando assim as exportações dos países hospedeiros de IDE inward. (Sultan, 2013).

A Teoria do Ciclo de Vida do Produto de Vernon (1966) também defende um papel positivo do IDE na promoção das exportações dos países recetores de IDE. Segundo Vernon (1966), existem quatro fases de produção: inovação, crescimento, maturidade e declínio. Na terceira fase, a da maturidade, as empresas inovadoras procuram deslocalizar a sua produção para países estrangeiros e exportar parte dessa produção de volta para o país de origem, de modo a reduzir custos e protegerem o seu produto de concorrentes que o possam imitar. Na última fase, o produto e a tecnologia tornam-se acessíveis para as empresas locais, passando estas a ser concorrentes internacionais, graças aos baixos custos de mão de obra, o que conduz a um aumento das exportações dos países hospedeiros (Sultan, 2013).

Podemos concluir que, predominantemente, a literatura destaca a complementaridade entre o IDE inward e as exportações. Contudo, de acordo com Markusen e Venables (1999), é possível distinguir entre dois tipos de efeitos do IDE inward nas exportações do país de acolhimento: um efeito de substituição da produção doméstica de bens finais, que reduz as importações e tem efeito reduzido sobre as exportações, daí resultando uma diminuição do peso das exportações no PIB; e um efeito de complementaridade, que através da produção de bens intermediários potencia a produção doméstica e exportação de bens finais.

De referir ainda que o IDE inward também pode reduzir o peso das exportações no PIB quando direccionado para setores de bens não-transacionáveis.

2.3.1.2 Estudos empíricos

Após a fundamentação teórica da relação entre o IDE inward e a performance exportadora dos países, segue-se agora uma análise de estudos empíricos que abordam a temática (Cf. Tabela 2).

Existem vários estudos, com foco num único país, que atestam a influência que o IDE inward tem na performance exportadora do país hospedeiro, como, por exemplo o estudo de Vukšić (2005) sobre a Croácia, Liu e Shu (2003) sobre as exportações chinesas, Anwar e Nguyen (2011) sobre o Vietnã, Kinuthia (2017) sobre o Quênia e a Malásia, Akoto (2016) sobre a África do Sul, Shamim et al. (2016) sobre o Paquistão e Samantha e Haiyun (2018) sobre o Sri Lanka.

Relativamente aos estudos sobre um conjunto de países, existem estudos como o de Kutan e Vukšić (2007) sobre 12 países da Europa Central e de Leste, Morrissey e Mold (2006) sobre 48 países africanos, o estudo de Sahoo e Dash (2022) sobre 93 países em desenvolvimento e o estudo de Almalik, Shaheen e Ahmed (2024) sobre o G20.

Relativamente a estudos sobre regiões ou comunidades económicas, temos o estudo de AbuAl-Foul e Soliman (2008) sobre os países da MENA, Adjei e Elikem (2021) sobre a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e Sabra (2021) sobre 7 países da MENA. De salientar que todos os estudos referidos apresentam resultados positivos, sugerindo a complementaridade das exportações por parte do IDE inward (Cf. Tabela 2).

Apesar do contributo do estudo de Almalik, Shaheen e Ahmed (2024) sobre o G20, é importante salientar que este estudo investiga o impacto do IDE inward no crescimento económico e não na performance exportadora, especificamente. Existe assim uma escassez de estudos que investiguem a relação entre o IDE inward e a performance exportadora do G20, sendo que a maioria dos estudos ou considera amostras que englobam parte dos países do G20 (Liu e Shu, 2003; Akoto, 2016; Sahoo e Dash, 2022) ou aborda a amostra do G20, mas sem investigar em concreto a performance exportadora (Almalik, Shaheen e Ahmed, 2024).

2.3.2 IDE outward

O IDE outward é um tipo de investimento que inclui ativos e passivos transferidos dos investidores nacionais para empresas no estrangeiro. As saídas líquidas de IDE (outflows) são o valor do investimento para o exterior realizado por investidores nacionais (Banco Mundial, n.d). Já o stock de IDE outward é o valor da participação dos investidores residentes e dos empréstimos líquidos que estes realizam a empresas estrangeiras (UNCTAD, n.d). Historicamente, os países industrializados são a fonte principal de saída líquida de IDE (Goh et al., 2013).

Relativamente aos fundamentos teóricos da relação entre o IDE outward e a performance exportadora dos países, é possível observar que os resultados são mais ambíguos quanto à existência de uma relação de complementaridade ou de substituição das exportações pelo IDE outward.

De acordo com Wang e Latiff (2024), o IDE outward tanto pode servir como complemento para o comércio internacional através da facilitação do acesso a novos mercados, promoção de transferência de tecnologia e promoção das cadeias de valor globais, como pode atuar como um substituto do comércio externo, permitindo que as empresas se sirvam de mercados estrangeiros através da produção local, ao invés de exportar. Segundo Blomström et al. (1997), o IDE poderá originar consequências negativas, nomeadamente a redução das exportações, diminuição do investimento no país de origem e redução da criação de novos postos de trabalho.

2.3.2.1 IDE outward e a performance exportadora

Segundo Wang e Latiff (2024), o modelo de H-O-S (Samuelson, 1949) e a Teoria de Substituição do Comércio de Mundell (1957) são modelos que estão enraizados no conceito de ‘*factor endowment differences*’ (diferenças na dotação de fatores). Contudo, quando a base do comércio se altera para diferenças nas tecnologias de produção, então a relação entre o investimento e o comércio passa a ser de complementaridade.

Wang e Latiff (2024) afirmam que Ricardo (1817) analisou a relação entre os fluxos de capital e o comércio internacional sob a condição de que existiam diferenças ao nível da tecnologia de produção entre os países que realizavam comércio. Ricardo (1817) afirmou que os países com uma tecnologia de produção superior conseguiam produzir mais produtos

intensivos em capital e conseguiam ter vantagens na exportação. Quando o capital flui através das fronteiras, procurando otimizar a sua rentabilidade, o resultado é um aumento da produção de produtos intensivos em capital e, conseqüentemente, um aumento das exportações, ou seja, os fluxos de capital geram a complementaridade do comércio.

Já Schmitz e Helmberger (1970), baseando-se na teoria das vantagens comparativas, afirmam que o investimento em países ricos em recursos naturais por parte de países tecnologicamente avançados pode aumentar a exportação de ativos tecnologicamente avançados e a importação de ativos ricos em recursos naturais, ou seja, o IDE promove o comércio.

Por seguinte, a Teoria da Expansão Marginal de Kojima (1978) defende a transferência de indústrias ‘*sunset*’ para países com potencial de desenvolvimento, que possuem mão de obra e recursos naturais relativamente vantajosos. A transferência das indústrias não só liberta os fatores de produção do país de origem, como também otimiza a estrutura industrial e ajuda o país hospedeiro do IDE a estabelecer novas indústrias e a utilizar plenamente os seus recursos. O IDE do país de origem tem assim um papel importante no impulso do desenvolvimento económico dos dois países, assim como na criação de novas oportunidades de comércio, tendo uma relação de complementaridade com o comércio (Wang e Latiff, 2024).

Helpman (1984) enfatiza a importância da fragmentação da produção como um fator chave para explicar a relação de complementaridade entre o IDE outward e o comércio externo. O autor defende que quando as empresas realizam IDE, para capitalizar disparidades internacionais em termos do custo relativo dos fatores de produção e para tirar partido das vantagens comparativas específicas de um setor, são estabelecidas relações e conexões de complementaridade (Wang e Latiff, 2024).

Por fim, Wang e Latiff (2024) abordam o fundamento teórico de Helpman e Krugman (1987), que melhoraram o modelo da integração vertical baseado no modelo da competição monopolística. Segundo Helpman e Krugman (1987), quando a dotação de fatores de dois países é diferente, torna-se difícil para as empresas negociarem os seus ativos nos mercados internacionais, como tecnologia, patentes, marcas registadas, etc. Sendo assim, o IDE dos dois países pode aumentar a procura de produtos intermédios, levando ao aumento das exportações de um país para o outro.

Outros autores apresentam argumentos a favor de uma relação de substituíbilidade entre o IDE outward e a performance exportadora.

As teorias mais tradicionais suportam e defendem a visão da substituição das exportações pelo IDE outward (Wang e Latiff, 2024), começando pela Teoria de Heckscher-Ohlin-Samuelson (H-O-S), proposta por Samuelson (1949) e baseada em Heckscher-Ohlin (H-O). Segundo a mesma, o comércio livre entre dois países equalizava os preços dos fatores, sendo que o fluxo de fatores entre os países daria origem à redução ou mesmo ao fim do comércio, ou seja, o fluxo de fatores substituiria o comércio. Contudo, a Teoria de H-O-S apresenta várias lacunas.

De modo a reforçar o poder explicativo da Teoria de H-O-S, vários investigadores abordaram a Teoria de diferentes perspectivas. Mundell (1957) flexibilizou a teoria quanto ao facto de o capital não poder fluir livremente entre países, e melhorou a Teoria de H-O-S no que concerne às condições relativas ao fluxo de capitais. Com a sua Teoria da Substituição do Comércio, Mundell (1957) defendia que, na presença de barreiras ao comércio, um país deveria optar pelo investimento direto como modo de entrada, em alternativa à exportação, de modo a evitar custos desnecessários. O estudo de Mundell (1957) foi, segundo Chow (2012), um dos estudos pioneiros da relação entre o IDE e o comércio, no qual Mundell defendeu que a movimentação de capital poderia resultar na relocação do comércio entre países, ou seja, na substituição das exportações pelo IDE.

Por fim, segundo Markusen (1984) e Bhasin e Kapoor (2020), a substituição do comércio é normalmente gerada pelo IDE horizontal. O IDE outward, primariamente motivado pelo acesso a economias de escala, redução de custos e incentivos fiscais, mas também como modo de ultrapassar barreiras comerciais ou imperfeições/falhas de mercado, é usualmente classificado como ‘*market-seeking*’, apresentando tipicamente uma relação de substituição com o comércio externo.

2.3.2.2 Estudos empíricos

Relativamente aos estudos empíricos, existem vários estudos que investigam a influência do IDE outward na performance exportadora dos países, sendo que os resultados variam entre a substituição das exportações e sua complementaridade. Como estudos que apontam para a complementaridade das exportações, temos os estudos de Martínez-Martín (2010) sobre a Espanha, Singh (2017) relativamente à Índia, Zhang et al (2024) e Rehman e Ding (2019) sobre a China e Boubacar (2016) sobre os EUA.

Por seguinte, existem estudos que demonstram o impacto positivo do IDE outward na performance exportadora de um conjunto de países, como é o estudo de Behera et al. (2020) sobre 10 países em desenvolvimento da Ásia e Xiong e Sun (2021) sobre 140 países.

Por fim, existem estudos que abordam a influencia do IDE outward na performance exportadora de regiões e/ou comunidades económicas, como Martínez et al. (2012) relativamente à União Europeia que também obteve resultados positivos.

Por outro lado, como exemplo de estudos que atestam a substituição das exportações, temos o estudo de Fonseca, Mendonça e Passos (2010) para Portugal, Mitze, Alecke e Untiedt (2010) relativamente a 16 Estados da Alemanha e à EU-27, e Mullen e Williams (2011) que abordam o caso do Canadá.

Já Ihsan e Mustafa (2022) consideram no seu estudo um conjunto de 64 países em desenvolvimento, obtendo resultados mistos.

Por fim, quanto a trabalhos que focam a sua análise em comunidades económicas, temos Bhasin e Kapoor (2020), sobre os BRICS.

Apesar destas referências, podemos, uma vez mais, observar alguma escassez de estudos mais atuais, nomeadamente em relação aos grupos G20, G7 e E7.

Tabela 2: Estudos empíricos

Estudo	Autor	Amostra	Modelo	Principais Conclusões	Resultados
Qualidade institucional	Jansen e Nordås (2004)	140 a 150 países (2000)	Modelo Gravitacional, Regressões OLS	As instituições domésticas têm um impacto positivo nos fluxos de comércio bilateral.	+
	Méon e Sakket (2004)	MENA, 1990-99	Dados em Painel de efeitos Fixos	O funcionamento das instituições dos países da MENA pode prejudicar a sua participação na economia mundial. A deterioração da qualidade das instituições está associada à baixa performance exportadora e à baixa atratividade de IDE.	-
	Berkowitz et al. (2004)	Indonésia, 1980-1992	Dados em Painel de efeitos Fixos	A qualidade das instituições domésticas é importante para a participação de um país no comércio internacional. Níveis altos de qualidade institucional aumentam a propensão de um país para exportar bens complexos.	+
	Redding e Venabals (2004)	101 Países das Regiões da América Latina, África Subsariana, Médio Oriente e Norte de África, (1970-1997)	Modelo Gravitacional	Melhor qualidade institucional está associada a uma melhor performance económica. Porém, a pobre qualidade institucional explica e contribui para a reduzida performance exportadora dos países da África Subsariana.	+
	Feenstra et al. (2013)	30 províncias chinesas 1997-2007	Regressões OLS e Dados em Painel	A alta qualidade das instituições tende a aumentar as exportações.	+
	Andolo (2015)	5 países da CAO, 2005-2014	Modelo Gravitacional	A melhoria da qualidade das instituições aumenta os fluxos de comércio.	+
	Sila (2016)	5 Países da Comunidade dos Países da África Oriental (CAO) 1996-2014	OLS efeitos fixos e aleatórios	Relação positiva entre a qualidade da governança e a performance exportadora.	+
	Soeng e Cuyvers (2018)	Camboja 1996-2015	Modelo Gravitacional	Relação positiva entre indicadores de governação e a qualidade institucional.	+
	Martínez-Zarzoso e Márquez-Ramos (2019)	19 países MENA 1996-2013	Modelo Gravitacional	O aumento da semelhança dos indicadores de governação entre os países favorece as suas exportações. O nível de governança do exportador é importante.	+
	Yushi e Borojo (2019)	44 Países Africanos 2000-2014	Modelo Gravitacional	O comércio africano é robustamente determinado e positivamente influenciado pela qualidade Institucional.	+
	Heo, Huyen e Doanh (2021)	NAFTA, 105 países 2006-2017	Modelo Gravitacional	A qualidade institucional tem um impacto positivo nos fluxos de comércio internacional da NAFTA.	+
	Wani, Yasmin e Soudager (2023)	Índia 1996-2019	ARDL	A qualidade institucional tem um papel importante, a curto e a longo prazo, no desenvolvimento do país.	+
	Khan, Khan e Ahmad (2024)	Paquistão 1989-2019	ARDL	As instituições têm um impacto positivo, a curto e a longo prazo, nas exportações do país.	+
	Tondé (2024)	Países da União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) 2002-2021	PPML (Poisson pseudo-maximum likelihood)	A baixa qualidade institucional nos países da UEMOA é detrimental para as suas exportações. Ou seja, um contexto institucional mais robusto poderá gerar efeitos de spillovers positivos.	-
IDE Inward	Liu e Shu (2003)	Setores manufatureiros da China, 1995	2SLS (Two-Stage Least Squares)	A performance exportadora é positivamente influenciada pelo IDE.	+
	Vukšić (2005)	21 indústrias de manufatura da Croácia 1996-2002	OLS efeitos fixos	O IDE tem um impacto significativo e positivo nas exportações.	+
	Morrissey e Mold (2006)	48 países africanos 1987-2002	Modelo Gravitacional	Relação positiva entre IDE inward e as exportações.	+

	Kutan e Vukšić (2007)	12 países da Europa de Leste e Centro 1996-2004	Modelo de Estimação GLS, Dados em Paineis	O IDE aumenta o abastecimento interno, e por isso aumenta as exportações.	+
	AbuAl-Foul e Soliman (2008)	Países da MENA 1975-1997	Modelo Gravitacional	IDE pode ter um efeito positivo nas exportações do país hospedeiro do IDE.	+
	Anwar e Nguyen (2011)	Vietnam 1990-2007	Modelo Gravitacional	Relação de complementaridade entre o IDE e as exportações.	+
	Kinuthia (2017)	Indústrias do Kenya e Malásia 2000-2005	Modelo Linear de Probabilidade, efeitos fixos	Em ambos os países, os resultados demonstram que as empresas exportadoras são mais produtivas e mais lucrativas. No Kenya, há spillovers positivos; na Malásia, há efeitos positivos e negativos.	+
	Akoto (2016)	África do Sul 1960-2009	VECM	Relação positiva entre o IDE inward e as exportações.	+
	Shamim et al. (2016)	Paquistão 1976-2012	Modelo de Correção de Erro (ECM de Hendry)	Relação positiva entre o IDE inward e as exportações.	+
	Samantha e Haiyun (2018)	Sri Lanka 1980-2016	ARDL	Relação positiva entre o IDE inward e as exportações.	+
	Adjei e Elikem (2021)	CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) 1971-2019	Panel Vector Autoregressive (VAR) e Vector Auto Regression (VAR). teste de causalidade de Granger	Existe uma relação unilateral entre o aumento do IDE e o aumento das exportações, ou seja, uma relação positiva.	+
	Sabra (2021)	7 Países da MENA, 2000-2019	Equações Simultâneas e Estimadores Dinâmicos de Dados em Paineis (GMM)	Impacto positivo limitado do IDE inward nas exportações e no PIB.	+
	Sahoo e Dash (2022)	93 Países em desenvolvimento 2000-2017	Dados em Paineis GMM	O IDE complementa as exportações, e esta complementaridade depende do nível de desenvolvimento do país recetor. O IDE é mais efetivo na promoção das exportações em países emergentes e menos efetivo em países com baixo nível de rendimento.	+
	Almalik, Shaheen e Ahmed (2024)	G20 2001-2022	VECM	O IDE tem efeitos positivos e estatisticamente significativos no crescimento económico do G20.	+
	Fonseca, Mendonça e Passos (2010)	EU-15, EUA, Brasil, Angola, Japão e China 1996-2007	Modelo Gravitacional	Relação de substituição do comércio pelo IDE.	-
IDE Outward	Mitze, Alecke e Untiedt (2010)	16 Estados da Alemanha, EU-27 1993-2005	Modelo Gravitacional	O IDE tem um efeito de substituição do comércio.	-
	Martínez-Martín (2010)	Espanha 1993-2008	VECM (Multivariate Cointegrated Model)	Resultados positivos da relação entre IDE e exportações, relação complementar.	+
	Mullen e Williams (2011)	Canadá 1989-2007	Modelo Gravitacional	Resultados demonstram a substituição das exportações pelo IDE outward.	-
	Martínez et al. (2012)	União Europeia 1995-2006	Modelo Gravitacional e Técnica de Hausman Taylor	Existe uma correlação positiva entre a integração comercial e o IDE, originando uma relação de complementaridade.	+
	Boubacar (2016)	25 países da OCDE 1999-2009	2SLS	Relação complementar entre o IDE e as exportações. O aumento das exportações leva ao aumento do IDE e vice versa.	+
	Singh (2017)	Índia 1980-2014	ARDL	O IDE e as exportações complementam-se, tanto a curto como a longo prazo.	+

	Behera et al. (2020)	10 Países em desenvolvimento da Ásia 2002-2016	Modelo Gravitacional, teste de causalidade de Granger	As exportações estão positivamente relacionadas com o IDE outward. O IDE outward estimula as exportações.	+
	Rehman e Ding (2019)	China 1990-2017	ARDL	O IDE outward tem um impacto positivo nas exportações.	+
	Bhasin e Kapoor (2020)	BRICS 1993-2015	VECM	O IDE outward tem um impacto negativo e substitui as exportações.	-
	Xiong e Sun (2021)	140 Países 2001-2006	Modelo Gravitacional	O IDE e as exportações tem uma relação de complementaridade.	+
	Ihsan e Mustafa (2022)	64 Países em Desenvolvimento 1990-2019	Modelo de Paineis de efeitos fixos e aleatórios	Existe complementaridade das exportações dos países em desenvolvimento pelo IDE outward. A região da Ásia apresenta uma relação de complementaridade entre o IDE e as exportações, mas a região da América Latina e do Caribe apresentam uma relação negativa.	+/-
	Zhang et al. (2024)	China 2003-2015	Modelo Gravitacional	O IDE outward tem uma influência positiva significativa positiva na promoção das exportações da China.	+

Fonte: elaboração própria

Como foi possível observar, a revisão da literatura empírica realça a importância do IDE inward e outward, bem como da qualidade institucional, para a performance exportadora dos países. Adicionalmente, destaca igualmente outras variáveis, sendo aquelas que apresentam maior consenso o PIB do resto do mundo e a taxa de câmbio real efetiva (e.g., Almalik, Shaheen e Ahmed, 2024; Sahoo e Dash, 2022; Sabra, 2021; Zhang et al., 2024; Ihsan e Mustafa, 2022; Wani, Yasmin e Soudager, 2023; Tondé, 2024). O impacto esperado do PIB do resto do mundo é positivo, visto que o crescimento económico dos parceiros comerciais impulsiona a procura de bens e serviços do país exportador, enquanto o impacto esperado da taxa de câmbio real efetiva é negativo, pois capta a competitividade de determinada economia em termos reais. Uma apreciação da taxa de câmbio real efetiva corresponde a um aumento do preço relativo dos bens e serviços domésticos face aos externos.

Em suma, é notório o ênfase dado pela literatura às variáveis do IDE e da qualidade institucional na explicação da performance exportadora dos países.

Existe também literatura que analisa o impacto da interação entre o IDE e a qualidade institucional sobre indicadores macroeconómicos, como por exemplo o crescimento económico.

Sendo assim, faz sentido explorar se esta interação entre o IDE e a qualidade institucional terá também impacto na performance exportadora dos países. Do nosso conhecimento, não existem estudos sobre a interligação entre a qualidade institucional e o

IDE inward e/ou outward na sua relação com a performance exportadora dos países, principalmente em relação a países dos grupos G20, G7 e E7.

Como estudos que comprovam a existência de um impacto positivo no crescimento económico através da qualidade institucional e do IDE inward, temos os estudos de Hayat (2019), Sabir, Rafique e Abbas (2019), Adegboye et al. (2020); Dada e Abanikanda (2022), Li, Tanna e Nissah (2023), Khan et al., (2024) e Khan, Khan e Ahmad (2024).

Por outro lado, existem estudos que investigam o impacto da qualidade institucional e do IDE outward no crescimento económico, apesar de serem mais escassos. Pelo que é do nosso conhecimento, existem até ao momento os estudos de Osabuohien-Irabor e Drapkin (2022), que obteve resultados que demonstram que a interação entre a qualidade institucional do país de origem e o IDE outward é positiva, sendo que a qualidade institucional complementa o IDE outward de modo a promover o crescimento económico; e o estudo de Osarumwense e Igor (2023) que sugerem resultados mistos. Segundo os seus resultados, nos países com baixos rendimentos, o IDE outward tem efeitos adversos no crescimento económico, e o impacto das instituições domésticas na estimulação desse IDE outward é fraco. Já nos países com rendimentos mais altos, a influência das instituições domésticas sobre o impacto do IDE outward no crescimento económico é positiva, promovendo um maior crescimento económico e integração económica.

No presente capítulo será apresentada a metodologia a adotar para a realização do presente estudo de natureza quantitativa. Primeiramente serão apresentadas as questões de investigação, seguidas da definição das amostras, a especificação do modelo e o método de estimação.

3.1 Questões de investigação e natureza do estudo

O presente estudo propõe-se a investigar o impacto do IDE inward e outward e da qualidade institucional na performance exportadora dos países, tomando como referência as grandes economias. Mais concretamente, pretende-se compreender de que forma a qualidade institucional do país exportador influencia o impacto do IDE inward e outward na performance exportadora do mesmo. As questões de investigação são as seguintes:

- i. Como é que o IDE inward e outward afetam a performance exportadora do G20?
- ii. De que forma é que a qualidade institucional influencia o impacto do IDE inward e outward na performance exportadora do G20?
- iii. Que diferenças se observam para os sete maiores países desenvolvidos (G7) e para as sete maiores economias emergentes (E7)?

De modo a ser possível atingir o objetivo do estudo e responder às questões de investigação, foi necessário adotar uma metodologia quantitativa. Através da pesquisa quantitativa vai ser possível realizar a análise da relação dos indicadores de qualidade institucional, IDE inward, IDE outward e dos indicadores da performance exportadora. Assim deverá ser adotada uma abordagem hipotético-dedutiva pelo facto de existirem determinadas questões de investigação que serão testadas e confrontadas com os dados obtidos.

3.2 Amostra

A amostra a ser analisada corresponderá ao grupo do G20, constituído por 19 grandes economias, abrangendo um período de análise entre 2005 até 2023. Serão analisadas adicionalmente duas subamostras, correspondentes ao grupo do G7 e ao grupo dos E7. Conforme a Tabela 2, o G7 corresponde a um conjunto dos 7 países mais desenvolvidos do

mundo, e os E7 corresponde a um grupo de 7 países com economias emergentes, todos estes pertencentes ao G20.⁴

Como breve contextualização, o G20 é um grupo constituído pelas 19 maiores economias do mundo, representando 85% do PIB mundial, 75% do comércio internacional e dois terços da total população mundial (G20, n.d). O grupo foi fundado como um Fórum informal para os Ministros das Finanças e Governadores do Banco Central das economias mais industrializadas e em desenvolvimento em 1999, depois da crise financeira asiática em 1997-1998, de modo a discutirem a estabilidade económica e financeira internacional (G20, n.d). Como objetivo, o G20 visa criar uma fundação para a estabilidade económica internacional, assim como ser um catalisador essencial para o desenvolvimento económico e implementar comités globais para discutir temas relacionados com o desenvolvimento económico, tendo como base a estabilidade económica e financeira (G20, n.d).

Tabela 3: Amostra

Amostra Principal	Países	Subamostras
G20	Canadá	G7
	França	
	Alemanha	
	Itália	
	Japão	
	Reino Unido	
	EUA	
	Brasil	E7
	China	
	Rússia	
	Índia	
	Indonésia	
	México	
	Turquia	
	Argentina	
	Austrália	
	República da Coreia	
	Arábia Saudita	
	África do Sul	

Fonte: elaboração própria

Como foi sendo analisado ao longo do capítulo anterior da revisão da literatura teórica e empírica, destaca-se a clara escassez de estudos que abordem amostras únicas como o G20, G7 e E7. Para além disto, também é possível observar que até ao momento do

⁴ Formalmente, o G20 é constituído por 19 países, acima descritos, e adicionalmente a União Europeia. Deste modo, seguindo o descrito consoante as informações do site oficial do G20, serão analisados apenas os 19 países constituintes do grupo.

presente estudo, não existe estudos que abordem as temáticas da qualidade institucional, IDE inward, IDE outward e a performance exportadora deste tipo de amostras de países. Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo preencher e contribuir para esta lacuna da literatura, incentivando futuras investigações.

A escolha das amostras do G20, G7 e E7 justifica-se tanto pela relevância económica do grupo, assim como também pela sua relevância política e geopolítica, salientada pela heterogeneidade institucional do grupo. A partir da análise destas amostras será possível analisar, de uma forma abrangente, a influência da qualidade institucional e do IDE inward e outward na performance exportadora das economias mais avançadas do mundo.

A justificação para a divisão da amostra deve-se, entre outras razões, ao ritmo de crescimento mais acelerado nos países em desenvolvimento face aos desenvolvidos, com os E7 a ganhar quota de mercado relativamente aos G7, no âmbito do G20. Kubayi, Mthembu e Patel (2024) exploraram a importância do G20 no contexto da última presidência do grupo e concluíram que o crescimento do Sul Global e a evolução para a multipolaridade devem-se ao facto de as economias emergentes, como é o caso dos BRICS (países constituintes do E7), terem ganho principalmente poder económico em termos de PIB, superando o do G7, e refletindo-se também no aumento do protagonismo no comércio internacional por parte dos E7. Adicionalmente, a relevância do G20, G7 e E7 também está relacionada com o facto de os países em desenvolvimento (E7) estarem a ganhar stock de IDE inward e outward comparativamente com os países desenvolvidos (G7). Por fim, é essencial salientar os baixos níveis de indicadores de qualidade institucional dos E7, que são substancialmente inferiores aos indicadores do G7, destacando-se a importância da sua análise.

3.3 Especificação do modelo

As variáveis a incluir no modelo resultaram da revisão teórica e empírica realizada no capítulo anterior. Para reduzir a dispersão relativa, todas as variáveis foram transformadas nos seus logaritmos naturais (prefixos LN). A Tabela 4 sintetiza a informação sobre as variáveis usadas no modelo.

Tal como utilizado, por exemplo, por Sahoo e Dash (2022), a variável dependente utilizada para medir a performance exportadora é o rácio das exportações no PIB a preços correntes (Cf. Tabela 4, LNXPIB).

De seguida serão apresentadas as variáveis explicativas do modelo.

O LNIDEINW é o logaritmo do rácio do stock do IDE inward no PIB do país. Muitos estudos empíricos usam em alternativa o fluxo do IDE inward em vez do stock, contudo, a transformação logarítmica das variáveis aconselha o uso do stock em vez do fluxo, dada a existência de fluxos negativos. Com o IDE inward, pretende-se confirmar ou infirmar a existência de complementaridade entre o IDE recebido e as exportações domésticas, sendo que a maioria dos estudos empíricos sugere a existência dessa relação. (e.g., Sahoo e Dash, 2022; e Almalik, Shaheen e Ahmed, 2024) (Cf. Tabela 2).

O LNIDEOUT representa o logaritmo do peso do stock de IDE outward no PIB. A literatura revista aponta para a possibilidade deste tipo de IDE ter um impacto positivo ou negativo na performance exportadora. Se a relação entre o IDE outward e as exportações for de complementaridade, espera-se um impacto positivo; se for de substituição, espera-se um impacto negativo. Os resultados de, por exemplo, Zhang et al. (2024) e Behera et al. (2020) sugerem, para a China e para dez países em desenvolvimento, respetivamente, a existência de uma relação de complementaridade. Por sua vez, por exemplo Mitze, Alecke e Untiedt (2010) e Mullen e Williams (2011) sugerem a existência de uma relação de substituíbilidade, para a Alemanha e para o Canadá, respetivamente (Cf. Tabela 2).

Existem várias dimensões da qualidade institucional que são captadas por diferentes indicadores e diferentes bases de dados. De acordo com a revisão da literatura efetuada anteriormente, é expectável que os países com melhor qualidade institucional tenham um melhor desempenho exportador. Neste estudo, recorreu-se à base de dados mais utilizada na literatura, os *Worldwide Governance Indicators* do Banco Mundial (e.g., Tondé, 2024; Abreo et al., 2021; Wani, Yasmin e Soudager, 2023). Estes indicadores captam seis diferentes dimensões da qualidade institucional, sendo que um valor mais elevado em cada um deles corresponde a uma melhor qualidade institucional:

O LNCC representa a dimensão do Controlo da Corrupção. Segundo o Banco Mundial, o Controlo da Corrupção capta as perceções sobre a medida em que o poder público é exercido para benefício privado, incluindo as menores e maiores formas de corrupção, bem como a “captura” do Estado pelas elites e pelos interesses privados (Banco Mundial, Glossário, 2025).

O LNEG corresponde à variável de qualidade institucional que mede a Eficácia do Governo. Segundo o Banco Mundial, a Eficácia do Governo capta as perceções da qualidade

dos serviços públicos, da qualidade da função pública e do seu grau de independência em relação às pressões políticas, da qualidade da formulação e execução das políticas e da credibilidade do empenhamento do governo nessas políticas (Banco Mundial, Glossário, 2025).

O LNEP corresponde à variável de qualidade institucional que mede a Estabilidade Política e ausência de violência/terrorismo. Segundo o Banco Mundial, a Estabilidade Política mede a percepção da probabilidade de instabilidade política e/ou de violência politicamente motivada, incluindo o terrorismo (Banco Mundial, Glossário, 2025).

O LNED corresponde à variável de qualidade institucional que mede o Estado de Direito. Segundo o Banco Mundial, o Estado de Direito capta a percepção do grau de confiança e de respeito dos cidadãos pelas regras da sociedade e, em particular, a qualidade da aplicação dos contratos, dos direitos de propriedade, da polícia e dos tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência (Banco Mundial, Glossário, 2025).

O LNQR corresponde à variável de qualidade institucional que mede a Qualidade Regulatória. Segundo o Banco Mundial, a Qualidade Regulatória capta as percepções da capacidade do governo para formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do sector privado (Banco Mundial, Glossário, 2025).

O LNVR corresponde à variável de qualidade institucional que mede a Voz e Responsabilização. Segundo o Banco Mundial, a Voz e Responsabilização capta a percepção da medida em que os cidadãos de um país podem participar na seleção do seu governo, bem como a liberdade de expressão, a liberdade de associação e a liberdade dos meios de comunicação social (Banco Mundial, Glossário, 2025).

A variável LNQI captará a influência de cada uma destas dimensões, separadamente.

Para analisar de que forma a qualidade institucional influencia o impacto dos stocks de IDE inward e outward na performance exportadora, serão consideradas as interações entre os indicadores de qualidade institucional, individualmente, e o IDE ($LNQI*LNIDEINW$ e $LNQI*LNIDEOUT$). Tanto quanto é do nosso conhecimento, a literatura é na sua maioria omissa na análise desta interação, apesar de existir evidência de que a qualidade institucional possa influenciar o tipo de IDE realizado e, conseqüentemente, as suas repercussões sobre a performance exportadora. Conjetura-se que a qualidade institucional possa moderar o

impacto dos IDE inward e outward na performance exportadora. Sendo assim, espera-se que o sinal da interação entre a qualidade institucional e o IDE (inward e outward) seja oposto ao do sinal do IDE, isoladamente.

Por exemplo, no caso em que o IDE outward substitua exportações devido à transferência de parte da produção das empresas nacionais para as suas filiais no exterior, países com melhores instituições tendem a ter empresas mais eficientes e competitivas, capazes de manter fluxos exportadores relevantes mesmo quando expandem as suas operações produtivas para o exterior. Adicionalmente, uma melhor qualidade institucional facilita a integração em cadeias globais de valor, permitindo que o IDE outward seja utilizado estrategicamente para complementar as exportações domésticas, em vez de as substituir totalmente (cf. argumentos de Daude e Stein, 2007). Neste contexto, a qualidade institucional moderaria o impacto positivo do IDE outward na performance exportadora.

Quando o IDE inward complementa as exportações, existem diversos argumentos que sugerem que a qualidade institucional possa moderar esse efeito positivo. Países com instituições mais fortes tendem a atrair IDE orientado sobretudo para o abastecimento do mercado interno (Markusen e Venables, 1999). Adicionalmente, os benefícios do IDE inward sobre a performance exportadora podem ser menos significativos em economias com elevada qualidade institucional, uma vez que o investimento recebido pode gerar spillovers tecnológicos mais limitados (Helpman et al., 2004). Este efeito moderador da qualidade institucional poderá também resultar da maior concentração do IDE inward em setores de bens não transacionáveis. Embora tais investimentos contribuam para o crescimento económico, o seu impacto direto nas exportações é reduzido, limitando, assim, o aumento do rácio das exportações no PIB.

Por fim, serão apresentadas as variáveis de controlo. A seleção destas variáveis foi efetuada com base na revisão da literatura. Consideraram-se aquelas que revelaram maior consenso: o PIB do resto do mundo e a taxa de câmbio real efetiva.

A variável LNPIBRM representa o logaritmo do PIB do resto do mundo a preços constantes. É expectável que o seu aumento se reflita num aumento das exportações. O LNTCRE corresponde ao logaritmo da taxa de câmbio real efetiva⁵. Um valor mais elevado

⁵ Devido à escassez de disponibilidade de dados relativos a alguns anos de amostra da maioria dos países, os dados foram recolhidos das bases de dados do Banco da Reserva Federal de St.Louis (Federal Reserve Bank of St. Louis. (n.d.)). O ano base para a construção da TCRE é o ano de 2020.

desta variável, significa uma apreciação real da taxa de câmbio e uma diminuição da competitividade externa do país. Consequentemente, é de esperar um impacto negativo sobre a performance exportadora.

Tabela 4: Variáveis do estudo

	Variável	Abreviatura	Descrição e Medição	Fonte	Efeito Esperado
Dependente	Exportações	LNXPB	Logaritmo das exportações a preços correntes em milhões de US\$ dólares a dividir pelo PIB a preços correntes em milhões de US\$ dólares.	UNCTAD	+
Explicativa	IDE inward	LNIDEINW	Logaritmo do Stock de IDE inward em % do PIB.	UNCTAD	+
	IDE outward	LNIDEOUT	Logaritmo do Stock de IDE outward em % do PIB.	UNCTAD	+/-
	Controlo da Corrupção	LNCC	Logaritmo do controlo da corrupção.	Worldwide Governance Indicators	+
	Eficácia de Governo	LNCG	Logaritmo da eficácia de governo.	Worldwide Governance Indicators	+
	Estabilidade Política e Ausência de Violência/Terrorismo	LNPE	Logaritmo da estabilidade política e ausência de violência/terrorismo.	Worldwide Governance Indicators	+
	Estado de Direito	LNED	Logaritmo do estado de direito.	Worldwide Governance Indicators	+
	Qualidade Regulatória	LNQR	Logaritmo da qualidade regulatória.	Worldwide Governance Indicators	+
	Voz e Responsabilização	LNVR	Logaritmo da voz e responsabilização.	Worldwide Governance Indicators	-
Controlo	PIB	LNPIBRM	Logaritmo do PIB resto do mundo.	UNCTAD	+
	TCRE	LNTCRE	Logaritmo da taxa de câmbio real efetiva.	Banco da Reserva Federal de St.Louis	-

Fonte: elaboração própria

A equação a estimar será a seguinte:

$$\begin{aligned}
 \ln XPB_{i,t} = & \beta_{0i,t} + \beta_1 \ln IDEINW_{i,t} + \beta_2 \ln IDEOUT_{i,t} + \beta_3 \ln QI_{i,t} + \beta_4 \ln IDEINW_{i,t} * \ln QI_{i,t} \\
 & + \beta_5 \ln IDEOUT_{i,t} * \ln QI_{i,t} + \beta_6 \ln PIBRM_{i,t} + \beta_7 \ln TCRE_{i,t} + \varepsilon_{i,t}
 \end{aligned}$$

em que LNQI = LNCC no modelo 1; LNQI = LNEG no modelo 2; em que LNQI = LNEP no modelo 3; em que LNQI = LNED no modelo 4; em que LNQI = LNQR no modelo 5; em que LNQI = LNVR no modelo 6.

3.4 Método de estimação

De modo a responder às questões de investigação propostas, será estimado um modelo com dados em painel.

A utilização de dados em painel oferece a vantagem de integrar informação tanto temporal como seccional, ampliando assim a quantidade e a variabilidade dos dados disponíveis. Este método possibilita uma redução da colinearidade entre variáveis explicativas, um aumento dos graus de liberdade e uma maior eficiência dos estimadores. Para além disso, os dados em painel permitem preservar a heterogeneidade inerente à amostra, ao controlar, neste caso concreto, a influência de características específicas dos países da amostra que não são captadas diretamente pelas variáveis incluídas no modelo.

A metodologia de dados em painel permite a estimação de modelos sob diferentes pressupostos. Por um lado, é possível considerar os dados empilhados ou agrupados, assumindo a homogeneidade seccional e temporal dos mesmos, resultando no **modelo de coeficientes constantes** (*pooled regression*). Neste modelo, $\beta_{0i,t} = \beta_0$.

Por outro lado, pode-se preservar a heterogeneidade entre os indivíduos, admitindo que as diferenças específicas de cada país e/ou unidade temporal se refletem em variações no termo constante do modelo, caracterizando o **modelo de efeitos fixos**. No modelo de efeitos fixos seccionais $\beta_{0i,t} = \beta_{0i}$ e no modelo de efeitos fixos seccionais e temporais $\beta_{0i,t} = \beta_{0i} + \mu_t$

Finalmente, admite-se ainda a possibilidade de os efeitos individuais captados pelos termos independentes serem aleatórios e em que o termo de perturbação e as variáveis explicativas não estão correlacionadas, configurando o **modelo de efeitos aleatórios** (Marques, 2000; Wooldridge, 2002). Neste caso, $\beta_{0i,t} = \beta_0 + e_i$, em que e_i é um erro aleatório com $E(e_i, \varepsilon_{i,t}) = 0$.

A estimação destes modelos pelo método dos mínimos quadrados ordinários (OLS) requer que as variáveis sejam estacionárias de modo a evitar relações espúrias. Nesse sentido, foram realizados testes de raiz unitária às variáveis para testar a sua estacionaridade.

Já para decidir qual o modelo de dados em painel mais adequado, foram realizados os testes de Hausman (para decidir entre o modelo de efeitos aleatórios e o de efeitos fixos) e da Redundância dos Efeitos fixos, para averiguar a pertinência da inclusão de efeitos fixos seccionais e temporais ou ambos no modelo final.

CAPÍTULO IV – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos no estudo econométrico sobre a relação entre as exportações, o IDE inward e outward e a qualidade institucional dos países do G20, e posteriormente dos G7 e E7.

Primeiramente, este capítulo inicia-se com a análise das estatísticas descritivas e da matriz de correlação das variáveis, seguindo-se a análise da estacionariedade das mesmas, e terminando com a análise e discussão dos resultados das estimações para as três amostras do estudo.

Os resultados serão discutidos e relacionados com a literatura relevante, ainda que esta seja omissa quanto à forma como a qualidade institucional influencia o impacto do IDE na performance exportadora.

4.1 Análise descritiva das variáveis

As estatísticas descritivas das variáveis (não logaritmizadas), relativas à amostra do G20, encontram-se apresentadas na Tabela 5.

De acordo com os dados, as exportações em percentagem do PIB registam um valor médio de 22,2%. Os stocks de IDE inward e outward representam, em média, 27,3% e 25,7% do PIB, respetivamente. Entre os indicadores de qualidade institucional, aquele que apresenta o valor médio mais elevado é a Eficácia do Governo, com um percentil de 69,7, enquanto o valor médio mais baixo se verifica na Estabilidade Política, com um percentil de 47,0. Relativamente às variáveis de controlo, o PIB do resto do mundo, a preços constantes de 2015, apresenta um valor médio de aproximadamente 71 mil milhões de USD, enquanto a Taxa Real Efetiva apresenta um valor médio de 110,5, sendo 2020 o ano base.

Os valores máximos, mínimos e os desvios padrão reportados na Tabela 5 indicam uma heterogeneidade significativa entre países nas variáveis IDE inward, IDE outward e nos indicadores de qualidade institucional.

Os valores de skewness revelam uma distribuição aproximadamente simétrica para os indicadores de qualidade institucional, uma assimetria moderada à direita nas exportações e uma assimetria mais acentuada no IDE inward e outward. Estas duas últimas variáveis apresentam distribuições com elevada kurtosis (superior a 3), indicando maior probabilidade de ocorrência de valores extremos.

Por fim, a estatística de Jarque-Bera indica rejeição da hipótese de normalidade para a maioria das variáveis analisadas.

Tabela 5: Estatísticas descritivas- G20

	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Skewness	Kurtosis	Jarque-Bera	Observações
XPIB	22.23762	20.83987	60.30470	6.672887	9.727467	0.956887	4.131059	74.12742	360
IDEINW	27.33725	24.13500	95.47000	2.090000	16.34781	1.298242	5.287656	179.6264	360
IDEOUT	25.71772	18.18500	129.5100	0.270000	22.67503	1.504967	5.900235	262.0660	360
CC	63.66449	61.33630	96.65072	11.00480	25.02257	-0.174709	1.815734	22.86867	360
EG	69.72796	66.74680	97.56097	25.94340	19.74996	-0.123993	1.642598	28.56054	360
EP	47.03070	46.57180	94.28570	4.761900	23.51790	0.131042	1.784915	23.17679	360
ED	64.04862	57.95680	96.68246	12.26420	25.02258	-0.132712	1.612846	29.91967	360
QR	67.33010	65.71350	99.52830	12.73580	22.56284	-0.207381	1.812651	23.72737	360
VR	62.78530	68.50875	96.60194	2.347420	28.49682	-0.754509	2.487520	38.09660	360
PIBRM	70983158	69958682	92954586	41064006	11310020	0.086325	2.119428	12.07821	360
REER	110.5409	103.1400	215.6500	67.84000	22.65175	1.740512	6.950998	415.9188	360

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

De acordo com os valores apresentados na Tabela 6, relativos à correlação entre as variáveis, é possível observar que as variáveis IDEINW e IDEOUT apresentam coeficientes de correlação positivos em relação à variável XPIB, embora não estatisticamente significativos.

No que diz respeito às variáveis de qualidade institucional, apenas os indicadores Controlo da Corrupção (CC) e Voz e Responsabilização (VR) apresentam correlações estatisticamente significativas com a variável XPIB, ambas com sinal negativo.

Conforme seria expectável, as correlações do PIBRM e da TCRE com a variável XPIB revelam-se estatisticamente significativas, sendo positiva no caso do PIBRM e negativa no caso da TCRE.

Por fim, no que se refere à correlação entre as variáveis de qualidade institucional e as variáveis IDEINW e IDEOUT, observa-se que ambos os tipos de IDE apresentam correlações positivas e estatisticamente significativas com todos os indicadores de qualidade institucional.

Tabela 6: Correlação das variáveis- G20

	XPIB	IDEINW	IDEOUT	CC	EG	EP	ED	QR	VR	PIBRM	REER
XPIB	1.000000										
IDEINW	0.011865	1.000000									
IDEOUT	0.017083	0.706616***	1.000000								
CC	-0.086878*	0.310190***	0.643270***	1.000000							
EG	-0.065154	0.255156***	0.628357***	0.932430***	1.000000						
EP	-0.033671	0.244423***	0.604051***	0.853008***	0.829252***	1.000000					
ED	-0.060207	0.297680***	0.641770***	0.964494***	0.939068***	0.835525***	1.000000				
QR	0.006492	0.392224***	0.657596***	0.907256***	0.907210***	0.805803***	0.922244	1.000000			
VR	-0.265749***	0.346784***	0.618952***	0.759157***	0.699697***	0.770432***	0.763191***	0.753416***	1.000000		
PIBRM	0.110973**	0.242309***	0.211478***	-0.136267***	-0.141231***	-0.094181*	-0.121379**	-0.118861**	-0.043330	1.000000	
REER	-0.272682***	0.008865	-0.208775***	-0.174211***	-0.229598***	-0.110093**	-0.258011***	-0.234560***	0.021678	-0.155859***	1.000000

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

As tabelas com as estatísticas descritivas e as correlações das variáveis para as subamostras dos G7 e dos E7 encontram-se apresentadas em anexo (Tabelas A.1, A.2, A.3 e A.4).

As diferenças mais substanciais verificam-se nos valores médios dos indicadores de qualidade institucional e dos stocks de IDE. Os países dos E7 apresentam níveis médios de qualidade institucional substancialmente mais baixos do que os países do G7. Relativamente ao stock de IDE, os E7 registam valores médios inferiores aos dos G7, especialmente no caso do IDE outward.

4.2 Análise da estacionariedade das variáveis

Na Tabela 7 apresentam-se os resultados dos testes de raiz unitária de Levin, Lin e Chu, de Im, Pesaran e Shin, ADF-Fisher e PP-Fisher aplicados às variáveis do modelo, com o objetivo de testar a sua estacionariedade.

Os resultados obtidos permitem concluir pela não estacionariedade em nível da taxa de câmbio real efetiva (LNTCRE) e de três indicadores de qualidade institucional: Eficácia do Governo (LNEG), Estado de Direito (LNED) e Voz e Responsabilização (LNVR). Estas variáveis revelaram-se integradas de ordem um, enquanto todas as outras, incluindo a dependente, se mostraram integradas de ordem zero, isto é, estacionárias em nível. Assim, pode excluir-se a hipótese de as regressões estimadas serem espúrias, dada a estacionariedade da variável dependente e da maioria das variáveis explicativas.

Tabela 7: Testes de estacionariedade

Variável	Método de Raiz Unitária	Nível		1º Diferença Constante	Decisão
		Constante	Constante e Trend		
LNXPB	LLC	-3.79***	-12.21***	-12.21***	I (0)
	IPS	-2.35***	-12.08***	-12.08***	I (0)
	ADF-Fischer	58.42**	199.65***	199.65***	I (0)
	PP-Fischer	67.57***	313.44***	313.44***	I (0)
LNIDEINW	LLC	-4.32***	-16.10***	-16.10***	I (0)
	IPS	-2.79***	-15.59***	-15.59***	I (0)
	ADF-Fischer	80.44***	254.19***	254.19***	I (0)
	PP-Fischer	92.33***	1226.05***	1226.05***	I (0)
LNIDEOUT	LLC	-9.36***	-16.41***	-16.41***	I (0)
	IPS	-5.05***	-15.66***	-15.66***	I (0)
	ADF-Fischer	207.38***	254.30***	254.30***	I (0)
	PP-Fischer	337.75***	585.99***	585.99***	I (0)
LNCC	LLC	-1.19	-13.12***	-13.12***	I (0)
	IPS	-0.36	-13.02***	-13.02***	I (0)
	ADF-Fischer	43.38	216.83***	216.83***	I (0)
	PP-Fischer	37.62	689.10***	689.10***	I (0)
LNEG	LLC	1.301	-18.07***	-18.07***	I (1)
	IPS	1.63	-15.20***	-15.20***	I (1)
	ADF-Fischer	31.01	248.04***	248.04***	I (1)
	PP-Fischer	22.43	291.04***	291.04***	I (1)
LNBP	LLC	-3.86***	-19.41***	-19.41***	I (0)
	IPS	-4.70***	-18.60***	-18.60***	I (0)
	ADF-Fischer	90.93***	308.01***	308.01***	I (0)
	PP-Fischer	169.32***	606.32***	606.32***	I (0)
LNED	LLC	-0.073	-20.75***	-20.75***	I (1)
	IPS	0.87	-17.36***	-17.36***	I (1)
	ADF-Fischer	32.64	325.39***	325.39***	I (1)
	PP-Fischer	31.98	361.85***	361.85***	I (1)
LNQR	LLC	-0.85	-10.60***	-10.60***	I (0)
	IPS	-0.60	-11.58***	-11.58***	I (0)
	ADF-Fischer	55.59**	195.64***	195.64***	I (0)
	PP-Fischer	46.60	623.20***	623.20***	I (0)
LNVR	LLC	-1.94**	-14.01***	-14.01***	I (1)
	IPS	-0.72	-13.01***	-13.01***	I (1)
	ADF-Fischer	42.90	212.89***	212.89***	I (1)
	PP-Fischer	33.11	227.17***	227.17***	I (1)
LNPIBRM	LLC	-2.29**	-21.80***	-21.80***	I (0)
	IPS	4.34	-16.73***	-16.73***	I (0)
	ADF-Fischer	5.94	269.07***	269.07***	I (0)
	PP-Fischer	14.89	1205.59***	1205.59***	I (0)
LNTPRE	LLC	-1.99**	-13.56***	-13.56***	I (1)
	IPS	-0.73	-10.94***	-10.94***	I (1)
	ADF-Fischer	48.87	176.29***	176.29***	I (1)
	PP-Fischer	37.27	228.63***	228.63***	I (1)

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

4.3 Apresentação e discussão dos resultados das estimações

O objetivo deste estudo é avaliar o impacto do IDE inward e outward na performance exportadora das grandes economias que compõem o G20, bem como analisar de que forma a qualidade institucional afeta a magnitude desses impactos. Numa primeira fase, foram estimados modelos incorporando um conjunto mais alargado de variáveis de controlo identificadas na literatura teórica e empírica. Os modelos finais adotados resultaram de um processo de eliminação das variáveis que, teoricamente e/ou empiricamente, se revelaram menos significativas para explicar a performance exportadora dos países. Posteriormente, os modelos finais foram estimados considerando coeficientes constantes, efeitos fixos e efeitos aleatórios, tendo sido realizados os testes necessários para aferir qual o modelo mais adequado.

As Tabelas 8 e 9 apresentam, respetivamente, os resultados dos testes de Hausman e de redundância dos efeitos fixos, considerando seis diferentes indicadores de qualidade institucional.

Tabela 8: Teste de Hausman

	(1) LNQI=LNCC	(2) LNQI=LNEG	(3) LNQI=LNEP	(4) LNQI=LNED	(5) LNQI=LNQR	(6) LNQI=LNVR
$\chi^2(7)$	12.75	13.39	12.87	12.81	14.45	12.71
Prob.	0.078	0.063	0.075	0.077	0.044	0.080

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

De acordo com os dados da Tabela 8, para os indicadores LNCC, LNEG, LNEP, LNED e LNVR, a hipótese nula do teste de Hausman não é rejeitada ao nível de significância de 5% ($p > 0.05$), sugerindo a utilização do modelo de efeitos aleatórios seccionais em detrimento do modelo de efeitos fixos seccionais. Contudo, importa referir que para estes indicadores a hipótese nula é rejeitada ao nível de significância de 10%, o que poderá indicar alguma evidência a favor do modelo de efeitos fixos seccionais. No caso do indicador LNQR (Qualidade Regulatória), a hipótese nula é rejeitada ao nível de significância de 5% ($p = 0.044$), indicando que, para este caso, o modelo de efeitos fixos seccionais é preferível.

Os resultados dos testes de redundância dos efeitos fixos apresentados na Tabela 9 indicam que, para todos os indicadores de qualidade institucional analisados, tanto os efeitos fixos seccionais como os efeitos fixos no período são estatisticamente significativos ($p < 0.01$). Estes resultados sugerem que o modelo com efeitos fixos temporais e seccionais é preferível ao modelo com efeitos fixos seccionais e que ambos são preferíveis ao modelo com coeficientes constantes. O modelo com efeitos fixos bidimensionais seria mais ajustado para capturar adequadamente a heterogeneidade entre países e ao longo do tempo.

Tabela 9: Teste de Redundância dos efeitos

		(1) LNQI=LNCC	(2) LNQI=LNNEG	(3) LNQI=LNNEP	(4) LNQI=LNED	(5) LNQI=LNQR	(6) LNQI=LNVR
Cross-section F	Estatística	150.86	153.11	144.25	152.36	150.11	124.18
	Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Cross-section Chi-square	Estatística	813.99	818.76	799.57	817.19	812.38	751.90
	Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Period F	Estatística	7.96	8.58	8.77	8.16	8.90	7.59
	Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Period Chi-square	Estatística	134.63	143.25	145.91	137.46	147.68	129.30
	Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Cross-Section/Period F	Estatística	129.73	131.42	123.98	129.06	129.36	112.17
	Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
Cross-Section/Period Chi-square	Estatística	993.13	997.50	977.86	991.39	992.16	944.34
	Prob.	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Apesar de o teste de Hausman apenas rejeitar a hipótese nula ao nível de 10%, a provável correlação entre os efeitos não observados e as variáveis explicativas em estudos macroeconómicos recomenda a opção por modelos de efeitos fixos. Esta preferência é ainda reforçada pela inclusão combinada de efeitos fixos seccionais e temporais, permitindo capturar de forma mais rigorosa a heterogeneidade entre países e ao longo do tempo. Assim, serão apresentados os resultados das estimações com efeitos fixos em ambas as dimensões, ficando os resultados das estimações com efeitos aleatórios seccionais disponíveis em anexo.

A Tabela 10 apresenta os resultados das estimações dos modelos finais adotados, com efeitos fixos seccionais e temporais, para a amostra do G20. Os seis modelos foram estimados pelo método dos mínimos quadrados ordinários, com a correção de White (diagonal), para obter erros padrão robustos e permitir inferência estatística válida.

Os modelos estimam o impacto do IDE inward (LNIDEINW), IDE outward (LNIDEOUT) e da qualidade institucional (LNQI) na performance exportadora (LNXPB) para diferentes indicadores de qualidade institucional, considerando interações.

Os valores dos coeficientes de determinação (R^2) dos seis modelos revelam uma qualidade de ajustamento elevada, indicando que as variáveis explicativas explicam 94%-95% da variação da variável dependente. Adicionalmente, os valores da estatística F em todos os modelos permitem concluir pela significância global dos coeficientes dos modelos a um nível de significância de 1%.

Tabela 10: Resultados das estimações, Panel Least Squares, efeitos fixos- G20

Variável Dependente: LNXPIB						
	(1) LNQI=LNCC	(2) LNQI=LNCG	(3) LNQI=LNCP	(4) LNQI=LNCD	(5) LNQI=LNCR	(6) LNQI=LNVR
LNIDEINW	0.629799***	1.416101***	0.293518*	1.185619***	1.919687***	-0.081167
LNIDEOUT	-0.357728**	-0.674661***	-0.115388**	-0.341547***	-0.546966***	-0.327403***
LNPIBRM	2.196353***	3.451804***	2.730245***	2.824634***	3.804491***	0.179005
LNREER	-0.531435***	-0.460830***	-0.648005***	-0.555938***	-0.596122***	-0.513567***
LNQI	-0.164335	0.158528	-0.177261	0.220107	0.705910***	-0.600783***
LNQI*LNIDEINW	-0.115051**	-0.306247***	-0.026031	-0.252626***	-0.427236***	0.074193***
LNQI*LNIDEOUT	0.089155**	0.173734***	0.033942**	0.089654***	0.135834***	0.089366***
Observações	360	360	360	360	360	360
R ²	0.944573	0.944081	0.940804	0.944546	0.945010	0.946564
R ² ajustado	0.937031	0.936471	0.932749	0.937000	0.937527	0.939292
Estatística F	125.2368	124.0697	116.7952	125.1725	126.2895	130.1761
Prob. (Estatística F)	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000

legenda: Os valores assinalados a *, **, *** correspondem a uma significância de 10%, 5% e 1% respetivamente.

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Os resultados sugerem a existência de um efeito de complementaridade entre o stock de IDE inward e a performance exportadora das economias do G20, em linha com os resultados da maioria da literatura empírica (e.g., Adjei e Elikem, 2021; Sabra, 2021; Sahoo e Dash, 2022; Almalik, Shaheen e Ahmed, 2024). Efetivamente, exceto no modelo 6, em que o indicador de qualidade institucional é a Voz e Responsabilização (VR), os coeficientes da variável LNIDEINW são positivos e estatisticamente significativos. Tomando como exemplo o modelo 2, em que o indicador de qualidade institucional é a Eficácia do Governo (EG), um aumento de 1% no stock de IDE inward está associado a um aumento de aproximadamente 1,42% no rácio das exportações no PIB, ceteris paribus. No modelo 6, o coeficiente da variável LNIDEINW não é estatisticamente diferente de zero.

Por sua vez, os coeficientes negativos e estatisticamente significativos da variável LNIDEOUT em todos os modelos sugerem a existência de uma relação de substituíbilidade, em que a produção doméstica para o mercado externo é substituída por produção no exterior. Este resultado está em linha com a literatura que aponta que o IDE outward pode reduzir as exportações ao incentivar empresas a transferirem parte da sua produção para as filiais externas, diminuindo as exportações diretas do país de origem (e.g., Helpman et al., 2004; Markusen e Venables, 1999; Ihsan e Mustafa, 2022; Bhasin e Kapoor, 2020).

De acordo com o modelo 2, um aumento de 1% no stock de IDE outward reduz o peso das exportações no PIB em cerca 0,67%.

Na maioria dos modelos, a qualidade institucional não revela, por si só, ter impacto estatisticamente significativo na performance exportadora. No entanto, quando considerada a sua interação com os stocks de IDE inward e outward, a qualidade institucional demonstra

exercer um efeito moderador sobre o impacto destes investimentos na performance exportadora das economias do G20.

Com efeito, o coeficiente da interação entre o indicador de qualidade institucional e o IDE outward é positivo e estatisticamente significativo em todos os modelos, embora inferior, em valor absoluto, ao coeficiente negativo do IDE outward. Em concreto, no modelo 2, a interação de +0,17 indica que, em países com melhor eficácia governativa, o efeito negativo do IDE outward sobre a performance exportadora é atenuado. Especificamente, um aumento de 1% no stock de IDE outward reduz o peso das exportações no PIB em cerca de 0,50%, em vez de 0,67%, *ceteris paribus*.

Por sua vez, o coeficiente da interação entre a qualidade institucional e o IDE inward é negativo e estatisticamente significativo em cinco dos seis modelos, sendo, no entanto, inferior, em valor absoluto, ao coeficiente positivo do IDE inward. No modelo (2), por exemplo, em países com melhor eficácia governativa, um aumento de 1% no stock de IDE inward está associado a um aumento de aproximadamente 1,11% no rácio das exportações no PIB, em comparação com um aumento de 1,42% na ausência do efeito moderador da qualidade institucional. No modelo 6, em que o indicador de qualidade institucional é a Voz e Responsabilização (VR), apenas em países com melhor qualidade institucional se verifica um efeito positivo estatisticamente significativo sobre a performance exportadora.

Existem diversos argumentos que podem ser usados para explicar o efeito moderador da qualidade institucional no impacto do IDE outward sobre as exportações. Em geral, países com instituições mais fortes possuem empresas mais eficientes e competitivas, capazes de manter fluxos exportadores relevantes, ainda quando expandem as suas operações produtivas no exterior. Adicionalmente, a melhor qualidade institucional facilita a integração em cadeias globais de valor, permitindo que o IDE outward seja utilizado estrategicamente para complementar as exportações domésticas, em vez de as substituir totalmente. Por exemplo, as filiais externas podem realizar tarefas de montagem ou distribuição, enquanto atividades de maior valor acrescentado, como design, inovação ou produção de componentes estratégicos, permanecem no país de origem, continuando a alimentar as exportações nacionais. Extrapolando os argumentos de Daude e Stein (2007) para o IDE outward, é possível argumentar que em países com melhor qualidade institucional, as empresas multinacionais possuem maior capacidade estratégica e acesso a instituições que protegem

contratos e propriedade intelectual, permitindo-lhes expandir produção no exterior sem prejudicar proporcionalmente as exportações domésticas.

Existem também vários argumentos para que, em geral, o impacto positivo do IDE inward sobre a performance exportadora das grandes economias do G20 seja atenuado em países com melhor qualidade institucional. Economias com elevada qualidade institucional tendem a atrair mais IDE horizontal, que é orientado preferencialmente para o abastecimento do mercado interno, não contribuindo diretamente para o aumento das exportações do país recetor (Markusen e Venables, 1999). É igualmente possível que os ganhos do IDE inward sobre a performance exportadora sejam maiores em economias com instituições mais frágeis, onde o IDE recebido pode gerar spillovers tecnológicos mais significativos (Helpman et al., 2004). O efeito moderador da qualidade institucional sobre o impacto do IDE inward na performance exportadora do país recetor pode ainda ser justificada pela maior concentração deste IDE em setores de bens não transacionáveis, nos países com melhor qualidade institucional. Embora este investimento contribua para o crescimento económico, o seu contributo direto para as exportações é marginal, limitando, assim, o aumento do rácio das exportações no PIB.

Em geral, os coeficientes estimados das variáveis de controlo são estatisticamente significativos e apresentam sinais de acordo com a teoria económica. Com exceção do modelo 6, o PIB do resto do mundo tem um impacto positivo e estatisticamente significativo na performance exportadora, refletindo a relação direta existente entre o crescimento económico externo e a procura externa por bens e serviços do país. Por sua vez, o coeficiente da taxa de câmbio real efetiva é negativo e estatisticamente significativo em todos os modelos estimados, indicando que uma apreciação cambial reduz a competitividade externa. No modelo 2, uma apreciação da taxa de câmbio real efectiva de 1% reduz o peso das exportações no PIB em cerca de 0,46%.

4.3.1 As subamostras G7 e E7

As Tabelas 11 e 12 apresentam os resultados das estimações dos seis modelos para as subamostras dos G7 e E7. De uma forma geral, os resultados obtidos para a subamostra dos E7 são qualitativamente semelhantes aos verificados na amostra total dos G20, indicando consistência nos sinais, ainda que existam diferenças na magnitude dos efeitos estimados. No entanto, os resultados obtidos para a subamostra dos G7 apresentam diferenças significativas que importa destacar.

Tabela 11: Resultados das estimações, Panel Least Squares efeitos fixos- G7

Variável Dependente: LNXPIB						
	(1) LNQI=LNCC	(2) LNQI=LNNEG	(3) LNQI=LNNEP	(4) LNQI=LNED	(5) LNQI=LNQR	(6) LNQI=LNVR
LNIDEINW	-1.727325	-2.493378*	-1.894527***	4.111148**	3.435642**	-1.534275
LNIDEOUT	7.687071***	6.176567***	2.402198***	2.312376	-0.916709	1.397360
LNPIBRM	5.295830***	5.408383***	5.756661***	5.519346***	3.558318***	5.660047***
LNREER	-0.792954***	-0.795083***	-0.682069***	-0.713898***	-0.628983***	0.611456***
LNQI	4.914186***	3.545572***	0.653854	4.411500***	0.720483	0.635189
LNQI*LNIDEINW	0.375476	0.553393*	0.447487***	0.920731**	-0.768894**	0.344960
LNQI*LNIDEOUT	-1.739724***	-1.397319***	-0.579588***	-0.536589	0.186995	-0.338004
Observações	133	133	133	133	133	133
R ²	0.990577	0.990207	0.987909	0.991305	0.989202	0.986958
R ² ajustado	0.987685	0.987201	0.984197	0.988637	0.985888	0.982955
Estatística F	342.4993	329.4403	266.1945	371.4633	298.4684	246.5622
Prob. (Estatística F)	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000

legenda: Os valores assinalados a *, **, *** correspondem a uma significância de 10%, 5% e 1% respetivamente.

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Tabela 12: Resultados das estimações, Panel Least Squares efeitos fixos- E7

Variável Dependente: LNXPIB						
	(1) LNQI=LNCC	(2) LNQI=LNNEG	(3) LNQI=LNNEP	(4) LNQI=LNED	(5) LNQI=LNQR	(6) LNQI=LNVR
LNIDEINW	0.593628**	1.964294***	0.538316**	1.266308***	0.498546	0.100623
LNIDEOUT	-0.503107	-1.786996***	-0.263252***	-1.121526***	-2.260916***	-0.185905
LNPIBRM	0.877200	4.332868***	2.784777***	3.266724***	4.531165***	0.055445
LNREER	-0.741631***	-0.604845***	-0.812366***	-0.636339***	-0.511573***	-0.921751***
LNQI	-0.144803	0.135757	0.000106	0.005481	-1.252377***	-0.277195
LNQI*LNIDEINW	-0.124737	-0.469390***	-0.110764	-0.304066***	-0.078105	0.032035
LNQI*LNIDEOUT	0.124213	0.464258***	0.080553***	0.315618***	0.593797***	0.034518
Observações	132	132	132	132	132	132
R ²	0.963409	0.963880	0.965489	0.966034	0.969603	0.950330
R ² ajustado	0.952066	0.952682	0.954791	0.955505	0.960179	0.934932
Estatística F	84.93339	86.08166	90.24709	91.74636	102.8955	61.71848
Prob. (Estatística F)	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000

legenda: Os valores assinalados a *, **, *** correspondem a uma significância de 10%, 5% e 1% respetivamente.

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Nos países do G7, os coeficientes estimados do IDE inward apresentam resultados mistos, sendo negativos e estatisticamente significativos nos modelos (2) e (3), positivos e estatisticamente significativos nos modelos (4) e (5), e não significativos nos modelos (1) e (6).

Pode argumentar-se que as economias mais desenvolvidas, como as que compõem o G7, tendem a atrair predominantemente IDE horizontal, mais orientado para o abastecimento do mercado interno e direcionado para setores de bens não transacionáveis e serviços. Este padrão de IDE pode explicar os efeitos negativos ou neutros sobre a performance exportadora observados na maioria dos modelos, dado que tais investimentos não contribuem diretamente para o aumento das exportações.

Os indicadores de qualidade institucional Qualidade Regulatória (QR) e Estado de Direito (ED) são potencialmente mais relevantes para investimentos produtivos orientados para o mercado externo do que os restantes indicadores de qualidade institucional. Esta relação poderá explicar por que razão, quando controlada por estas dimensões, a performance exportadora aumenta com a atração de mais IDE inward. De facto, QR e ED, garantem maior previsibilidade regulatória e segurança jurídica, criando um ambiente favorável ao investimento estrangeiro em setores transacionáveis e à integração em cadeias globais de valor, potenciando assim as exportações do país recetor.

Quando estatisticamente significativos, os coeficientes estimados do IDE outward na subamostra dos G7 são positivos, em contraste com os resultados obtidos para os G20 e E7, onde os coeficientes tendem a ser negativos. Como referido por Wang e Latiff (2024), o IDE outward pode atuar tanto como complemento ao comércio internacional, ao facilitar o acesso a mercados, promover a transferência de tecnologia e integrar as empresas em cadeias de valor globais, como também pode funcionar como substituto do comércio, ao permitir que as empresas sirvam mercados estrangeiros através da produção local, em vez de exportarem a partir do país de origem. Possuindo as multinacionais do G7 tecnologia avançada e estando mais integradas em cadeias de valor globais, tendem a manter no país de origem as atividades de maior valor acrescentado, como I&D e design, e a produção de componentes ou bens intermédios de elevada tecnologia, aumentando as exportações para as suas filiais no exterior.

É neste conjunto de países que a qualidade institucional revela ter, por si só, impacto mais significativo na performance exportadora dos mesmos. Os indicadores de qualidade institucional Controlo da Corrupção (CC), Eficácia do Governo (EG) e Estado do Direito (ED) passam a ter, na subamostra dos G7, coeficientes positivos e estatisticamente significativos, evidenciando a importância de instituições sólidas para a competitividade externa. A ausência de significância estatística na amostra agregada do G20 poderá ficar a

dever-se à maior heterogeneidade institucional deste grupo que combina países desenvolvidos (como o G7) com economias emergentes onde as instituições permanecem frágeis. Tal heterogeneidade reduz o efeito global, dado que, em alguns países emergentes, as melhorias na qualidade institucional podem não ser suficientes para superar constrangimentos estruturais como infraestruturas deficientes, baixa diversificação produtiva, limitada capacidade tecnológica ou fraca integração em cadeias globais de valor. Os resultados obtidos para a subamostra dos E7 corroboram esta interpretação, revelando coeficientes não significativos ou inconsistentes para os indicadores de qualidade institucional.

Considerando finalmente a interação entre a qualidade institucional e os stocks de IDE inward e outward, os resultados das estimações sugerem que, globalmente, a qualidade institucional exerce um efeito moderador sobre o impacto do IDE na performance exportadora das grandes economias dos G20 e E7. Nestes grupos de países, um maior nível de qualidade institucional tende a atenuar os impactos positivos (negativos) do IDE inward (outward).

O efeito moderador da qualidade institucional também está presente no grupo dos G7, embora com menor expressão. Esta menor expressão é particularmente evidente no caso do IDE inward, onde os coeficientes estimados apresentam resultados mistos, refletindo diferentes padrões de investimento e estratégias de integração nas cadeias globais de valor nestas economias avançadas. Uma maior Eficácia do Governo (EG) e a maior Estabilidade Política (EP) moderam os efeitos negativos que um IDE inward mais orientado para o mercado interno possa ter sobre o peso das exportações no PIB do país (cf. Tabela 10, onde se observam coeficientes negativos e estatisticamente significativos para a variável LNIDEINW, e coeficientes positivos e estatisticamente significativos para a interação LNQI*LNIDEINW, nos modelos (2) e (3)). Por sua vez, o efeito positivo e estatisticamente significativo que o IDE inward possa exercer sobre a performance exportadora dos G7 é moderado pela qualidade institucional apenas no modelo (5).

Em suma, os resultados sugerem a existência de uma relação de complementaridade (substituibilidade) entre o IDE inward (outward) e a performance exportadora dos G20. Sugerem ainda que essa relação seja moderada pela interação com a qualidade institucional. Isto é, os impactos do IDE na performance exportadora são menores em valor absoluto em países com melhores instituições.

Dentro dos G20, existem diferenças dignas de relevo entre as grandes economias mais desenvolvidas (G7) e as grandes emergentes (E7). Globalmente os resultados das estimações para os E7 são qualitativamente semelhantes aos do G20.

Em contrapartida, para os países do G7, o IDE inward deixa de apresentar um impacto positivo inequívoco sobre a performance exportadora, passando a ter um efeito ambíguo que depende da dimensão da qualidade institucional utilizada como variável explicativa. Quando se controla por EG e EP (ED e QR), o IDE inward apresenta um impacto negativo (positivo) estatisticamente significativo sobre a performance exportadora. Por sua vez, o impacto significativo do IDE outward sobre a performance exportadora é sempre positivo, em contraste com os resultados obtidos para o G20 e o E7, onde os coeficientes tendem a ser negativos. Para os países do G7, predomina uma relação de complementaridade entre o IDE outward e a performance exportadora. Os resultados sugerem ainda que os efeitos dos IDE inward e outward são moderados pela interação com a qualidade institucional, também nesta subamostra do G7.

Num contexto de globalização e interdependência económica, torna-se relevante compreender os fatores que promovem a performance exportadora dos países.

O presente estudo teve como objetivo analisar o impacto dos stocks de investimento direto estrangeiro (IDE) inward e outward na performance exportadora dos países, assim como avaliar de que forma a qualidade institucional influencia esta relação, nas economias que mais contribuem para o comércio internacional: as grandes economias do G20, que no seu conjunto representam cerca de 85% do PIB mundial, mais de 75% do comércio externo e cerca de dois terços da população mundial (de acordo com o site do G20). Por outro lado, tendo em conta que o grupo do G20 inclui as 7 maiores economias avançadas (E7) e as 7 maiores economias emergentes (E7) e que, nas últimas décadas, as economias emergentes apresentaram um crescimento económico muito superior ao das economias desenvolvidas, um maior crescimento do comércio externo e dos fluxos de investimento direto estrangeiro, e em regra as suas instituições apresentam uma menor qualidade institucional, será interessante perceber se há ou não diferenças no modo como o IDE e a qualidade institucional interagem com a performance exportadora num e noutro subgrupo de economias. Em concreto, com este estudo ambicionou-se responder às seguintes questões de investigação: i) Como é que o IDE inward e outward afetam a performance exportadora do G20? ii) De que forma é que a qualidade institucional influencia o impacto do IDE inward e outward na performance exportadora do G20? iii) Que diferenças se observam para os sete maiores países desenvolvidos (G7) e para as sete maiores economias emergentes (E7)?

Para atingir estes objetivos, estimaram-se vários modelos com dados em painel, pelo método dos mínimos quadrados ordinários, para as amostras do G20, G7 e E7, no período de 2005 a 2023. Nestes modelos, foram consideradas as diferentes dimensões da qualidade institucional, bem como a sua interação com os stocks de IDE, controlando os resultados com variáveis macroeconómicas relevantes.

A partir da reflexão sobre a literatura relevante, foi possível concluir que a relação entre o IDE, quer inward quer outward, e as exportações pode assumir natureza de complementaridade ou de substituíbilidade. A maioria dos estudos empíricos sugere uma relação de complementaridade (positiva) entre o IDE inward e as exportações, destacando os efeitos de transferência de tecnologia, spillovers e integração em cadeias globais de valor. No que respeita ao IDE outward, as evidências empíricas são mistas: alguns estudos apontam para uma relação de complementaridade (positiva), enquanto outros identificam uma relação

de substituíbilidade (negativa). Adicionalmente, a revisão da literatura permitiu salientar que instituições de elevada qualidade são consideradas pilares fundamentais para reduzir a incerteza nas transações comerciais e reforçar a confiança dos agentes económicos, promovendo, assim, a performance exportadora e o crescimento económico dos países.

Os resultados obtidos sugerem que o IDE inward apresenta uma relação de complementaridade com a performance exportadora dos países do G20, em consonância com a maioria da literatura empírica. Por outro lado, os resultados indicam uma relação de substituíbilidade entre o IDE outward e as exportações, corroborando a literatura que aponta que o IDE outward pode reduzir as exportações do país de origem, ao incentivar as empresas a transferirem parte da sua produção para as suas filiais no exterior.

A qualidade institucional exerce um efeito moderador sobre os impactos de ambos os tipos de IDE, inward e outward, na performance exportadora dos países do G20.

Os resultados das estimações para as subamostras dos G7 e E7 sugerem que haja diferenças relevantes entre as grandes economias mais desenvolvidas e as grandes economias emergentes.

No caso do G7, observa-se que o IDE inward tende a ter efeitos mais ambíguos sobre a performance exportadora, refletindo o facto de estas economias possuírem já bases produtivas consolidadas e cadeias de valor sofisticadas, nas quais o IDE funciona frequentemente como complemento estratégico, mas sem gerar ganhos adicionais expressivos. Em contraste, o IDE outward apresenta impactos positivos consistentes, sugerindo uma relação de complementaridade, na medida em que estas economias utilizam o IDE outward como instrumento para expandir mercados, reforçar redes globais de produção e aumentar a competitividade externa.

Por outro lado, nas economias do E7, os resultados apontam para uma relação positiva entre o IDE inward e as exportações, em linha com o papel do IDE como motor de industrialização e integração internacional nestes países. Já o IDE outward tende a apresentar um efeito negativo sobre a performance exportadora, sugerindo uma relação de substituíbilidade, possivelmente devido à deslocação de parte da produção para as filiais no exterior, reduzindo os fluxos exportadores a partir do país de origem.

Estas diferenças refletem não só o nível de desenvolvimento económico e institucional de cada grupo, mas também a sua posição nas cadeias globais de valor e a

natureza do IDE que recebem e realizam. Com maior ou menor significado, em ambos grupos de países a qualidade institucional modera os impactos dos IDE inward e outward sobre a performance exportadora.

Por fim, uma das limitações deste estudo decorre da utilização de uma metodologia de estimação estática, que não considera os possíveis efeitos dinâmicos de longo prazo do IDE na estrutura produtiva e exportadora dos países. O recurso ao método dos momentos generalizados (GMM) em diferenças teria permitido colmatar esta limitação, ao capturar a persistência temporal das variáveis e controlar para endogeneidade potencial. No entanto, a aplicação deste método requer competências econométricas avançadas, que se espera vir a adquirir em estudos e formações futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abdullahi, N. M., Huo X., Zhang Q., & Azeez A. B. (2021). Determinants and Potential of Agri-Food Trade Using the Stochastic Frontier Gravity Model: Empirical Evidence from Nigeria. *SAGE Open*, 11 (4). <https://doi.org/10.1177/21582440211065770>

Abreo, C., Bustillo, R., & Rodriguez, C. (2021). The role of institutional quality in the international trade of a Latin American country: evidence from Colombian export performance. *Journal of Economic Structures*, 10, 1-21. <https://doi.org/10.1186/s40008-021-00253-5>

AbuAl-Foul, B. M., & Soliman, M. (2008). Foreign direct investment and LDC exports: Evidence from the MENA region. *Emerging Markets Finance and Trade*, 44(2), 4-14.

Acemoglu, D., Johnson, S., & Robinson, J. A. (2005). Institutions as a fundamental cause of long-run growth. *Handbook of economic growth*, 1, 385-472.

Adegboye, F. B., Osabohien, R., Olokoyo, F. O., Matthew, O., & Adediran, O. (2020). Institutional quality, foreign direct investment, and economic development in sub-Saharan Africa. *Humanities and social sciences communications*, 7(1), 1-9.

Adjei, B., & Elikem, E. (2021). *Impact of Foreign Direct Investment on Export : An Empirical Analysis of the Ecowas Region*.

Ahmad, F., Draz, M. U., & Yang, S. C. (2018). Causality nexus of exports, FDI and economic growth of the ASEAN5 economies: evidence from panel data analysis. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 27(6), 685-700.

Akoto, W. (2016). On the nature of the causal relationships between foreign direct investment, GDP and exports in South Africa. *Journal of International Development*, 28(1), 112-126.

Almalik, R., Shaheen, R., & Ahmed, M. (2024). The impact of foreign direct investment on economic growth: Empirical evidence in G20 countries. *International Journal of Advanced and Applied Sciences*, 11(10), 90–98.

Amornkitvikai, Y., Harvie, C., & Charoenrat, T. (2013). Factors affecting the technical inefficiency of Thai manufacturing and exporting small and medium sized enterprises: A stochastic frontier analysis (SFA).

Anderson, J. E., & Marcouiller, D. (2002). Insecurity and the pattern of trade: An empirical investigation. *Review of Economics and statistics*, 84(2), 342-352. doi: 10.1162/003465302317411587.

Anderson, J. E., & Young, L. (2006). Trade and contract enforcement. *The BE Journal of Economic Analysis & Policy*, 5(1), 0000101515153806451574.

Andolo, D. O. (2015). *The Effect of Institutions on Trade Flows in East African Community* (Doctoral dissertation, University of Nairobi).

Anwar, S., & Nguyen, L. P. (2011). Foreign direct investment and trade: The case of Vietnam. *Research in International Business and Finance*, 25(1), 39-52.

Bader, S., & Riazuddin, R. (2006). *Determining import intensity of exports for Pakistan* (Vol. 15). State Bank of Pakistan.

Bah, M., Ondo, H. A., & Kpognon, K. D. (2021). Effects of governance quality on exports in Sub-Saharan Africa. *International Economics*, 167, 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.inteco.2021.05.003>

Barro, R. J., & Sala-i-Martin. (1997). Technological Diffusion, Convergence, and Growth. In: *Journal of Economic Growth*, Vol. 2, pp. 1-27.

Barro, R. J., Sala-i-Martin, X., Blanchard, O. J., & Hall, R. E. (1991). Convergence across states and regions. *Brookings papers on economic activity*, 107-182.

Beck, T., Demirgüç-Kunt, A., & Martinez Peria, M. S. (2008). Banking services for everyone? Barriers to bank access and use around the world. *The World Bank Economic Review*, 22(3), 397-430.

Behera, P., Tripathy, P., & Mishra, B. R. (2020). Do export, financial development, and institutions affect FDI outflows? Insights from Asian developing countries. *Theoretical and Applied Economics*, 623(2), 175-190.

Beleska-Spasova, E. (2014). Determinants and measures of export performance—comprehensive literature review. *Journal of Contemporary Economic and Business Issues (Archived)*, 1(1), 63-74.

Beltramello, A., De Backer, K., & Moussiégt, L. (2012). The export performance of countries within global value chains (GVCs). <https://doi.org/10.1787/5k9bh3gv6647-en>.

Berkowitz, D., Moenius, J., & Pistor, K. (2004). Legal institutions and international trade flows. *Mich. J. Int'l L.*, 26, 163.

Bhasin, N., & Kapoor, K. (2020). Impact of Outward FDI on home country exports. *International Journal of Emerging Markets*, 16(6), 1150–1175. <https://doi.org/10.1108/IJOEM-05-2017-0160>

Bierut, B., & Dybka, P. (2019). Institutional determinants of export competitiveness among the EU countries: evidence from Bayesian model averaging.

Blomström, M., & Kokko, A. (2000). Outward investment, employment, and wages in Swedish multinationals. *Oxford Review of Economic Policy*, 16(3), 76-89.

Blomström, M., Fors, G., & Lipsey, R. E. (1997). Foreign direct investment and employment: home country experience in the United States and Sweden. *The Economic Journal*, 107(445), 1787-1797.

Blonigen, B. A. (2001). In search of substitution between foreign production and exports. *Journal of international economics*, 53(1), 81-104. doi:10.1016/S0022-1996(00)00066-0.

Boubacar, I. (2016). Spatial determinants of US FDI and exports in OECD countries. *Economic Systems*, 40(1), 135-144.

Castellani, D., & Fassio, C. (2019). From new imported inputs to new exported products. Firm-level evidence from Sweden. *Research Policy*, 48(1), 322-338. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2018.08.021>

Caves, R. E. (1971). International corporations: The industrial economics of foreign investment. *Economica*, 38(149), 1-27.

Chow, P. C. (2012). The effect of Outward foreign direct investment on home country's export: A case study on Taiwan, 1989–2006. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 21(5), 725-754. doi:10.1080/09638199.2010.493616.

Cipriano, N. D. (2021). *O impacto da envolvente institucional nas exportações: Análise comparativa entre países desenvolvidos e emergentes* (Master's thesis, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)).

Commons, J. R. (1934). *Institutional Economics. Vol. I: Its Place in Political Economy* (Vol. 1). Transaction Publishers.

Creane, A., & Jeitschko, T. D. (2016). Exporting to bypass weak institutions. *European Economic Review*, 83, 185-197. doi: 10.1016/j.euroecorev.2015.12.008.

Dada, J. T., & Abanikanda, E. O. (2022). The moderating effect of institutions in foreign direct investment led growth hypothesis in Nigeria. *Economic Change and Restructuring*, 55(2), 903-929.

Daude, C., & Stein, E. (2007). The quality of institutions and foreign direct investment. *Economics & Politics*, 19(3), 317-344.

Din, M. U. (1994). Export processing zones and backward linkages. *Journal of Development Economics*, 43(2), 369-385.

Dollar, D., & Kraay, A. (2003). Institutions, trade, and growth. *Journal of monetary economics*, 50(1), 133-162. [https://doi.org/10.1016/S0304-3932\(02\)00206-4](https://doi.org/10.1016/S0304-3932(02)00206-4)

Escandon-Barbosa, D., & Salas-Páramo, J. (2023). The role of informal institutions in the relationship between innovation and organisational learning in export performance: A bidirectional relation?. *Asia Pacific Management Review*, 28(2), 185-193. <https://doi.org/10.1016/j.apmr.2022.08.001>

European Central Bank. (2018). *ECB Economic Bulletin, Issue 4* / <https://doi.org/10.2866/124744>

Fanta, E. G. (2011). Institutional quality, export performance and income. *Unpublished PhD thesis*. Ruhr University, Bochum.

Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). (2025). *Metadata for FAO - Foreign Direct Investment (FDI)*. <https://www.fao.org/>

Federal Reserve Bank of St. Louis. (n.d.). *Foreign Exchange Rates - H.10*. FRED. <https://fred.stlouisfed.org/release?rid=319>

Feenstra, R. C., Hong, C., Ma, H., & Spencer, B. J. (2013). Contractual versus non-contractual trade: The role of institutions in China. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 94, 281-294. doi: 10.1016/j.jebo.2013.08.009.

Ferguson, S., & Formai, S. (2013). Institution-driven comparative advantage and organizational choice. *Journal of International Economics*, 90(1), 193-200.

Fonseca, M., Mendonça, A., & Passos, J. (2010). Home country trade effects of Outward FDI: an analysis of the Portuguese case, 1996-2007.

G20. (n.d) Overview. <https://g20.org/overview/>

Goh, S. K., & Tham, S. Y. (2013). Trade linkages of Inward and Outward FDI: Evidence from Malaysia. *Economic Modelling*, 35, 224-230. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2013.06.035>

Goh, S. K., Sam, C. Y., & McNown, R. (2017). Re-examining foreign direct investment, exports, and economic growth in Asian economies using a bootstrap ARDL test for cointegration. *Journal of Asian Economics*, 51, 12-22.

Haddad, M., & Harrison, A. (1993). Are there positive spillovers from direct foreign investment?: Evidence from panel data for Morocco. *Journal of development economics*, 42(1), 51-74.

Handoyo, R. D., Ibrahim, K. H., Rahmawati, Y., Faadhillah, F., Ogawa, K., Kusumawardani, D., See, K. F., Kumaran, V. V., & Gulati, R. (2024). Determinants of exports performance: Evidence from Indonesian low-, medium-, and high-technology manufacturing industries. *PLoS ONE*, 19(1 January).

<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0296431>

Harding, T., & Javorcik, B. S. (2011). Roll out the red carpet and they will come: Investment promotion and FDI inflows. *The Economic Journal*, 121(557), 1445-1476.

Hayat, A. (2019). Foreign direct investments, institutional quality, and economic growth. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 28(5), 561-579.

Hayes, A. (2024). Foreign direct investment (FDI): What it is, types, and examples. *Investopedia*, June, 6.

Helmke, G., & Levitsky, S. (2004). Informal Institutions and Comparative Politics: A Research Agenda. *Perspectives on Politics*, 2(4), 725–740. doi:10.1017/S1537592704040472

Helpman, E. (1984). A simple theory of international trade with multinational corporations. *Journal of political economy*, 92(3), 451-471. <https://doi.org/10.1086/261236>

Helpman, E., & Krugman, P. (1987). *Market structure and foreign trade: Increasing returns, imperfect competition, and the international economy*. MIT press.

Helpman, E., Melitz, M. J., & Yeaple, S. R. (2004). Export versus FDI with heterogeneous firms. *American economic review*, 94(1), 300-316. doi:10.1257/000282804322970814.

Heo, Y., Thanh Huyen, N. T., & Doanh, N. K. (2021). Impact of the institutional quality on NAFTA's international trade: a system GMM approach. *Journal of Economic Studies*, 48(3), 537-556. <https://doi.org/10.1108/JES-09-2019-0435>

Ihsan, H., & Mustafa, A. (2022). Exports from developing countries and Outward foreign direct investment: An empirical analysis. *Journal of Social Sciences Advancement*, 3(3), 151–164. <https://doi.org/10.52223/jssa22-030307-43>

Ipek, I., & Tanyeri, M. (2021). Home country institutional drivers and performance outcomes of export market orientation: the moderating role of firm resources. *International Journal of Emerging Markets*, 16(4), 806-836.

Iwanow, T. (2008). Institutional quality and trade performance: a sectoral gravity model approach. In *European Trade Study Group Annual Conference* (pp. 1-24).

Jansen, M., & Nordås, H. K. (2004). Institutions, trade policy and trade flows. Available at SSRN 562424.

Jiang W., Zhang H., & Lin Y. (2021). Trade Sustainability and Efficiency under the Belt and Road Initiative: A Stochastic Frontier Analysis of China's Trade Potential at Industry Level. *Emerging Markets Finance and Trade*. Advance online publication.

Jung, J. (2022). The nexus between institutional quality and global market structure: export versus FDI. *Mathematics*, 10(24), 4629.

Khan, A., Khan, M. Y., & Ahmad, M. (2024). Macroeconomics factor, institutional quality and export performance: Empirical evidence from Pakistan. *International Social Science Journal*, 74(253), 831-850. <https://doi.org/10.1111/issj.12483>

Khan, H., Dong, Y., Bibi, R., & Khan, I. (2024). Institutional quality and foreign direct investment: Global evidence. *Journal of the Knowledge Economy*, 15(3), 10547-10591.

Kim, H., & Song, J. (2017). Filling institutional voids in emerging economies: The impact of capital market development and business groups on M&A deal abandonment. *Journal of International Business Studies*, 48, 308-323.

Kinuthia, B. K. (2017). Export spillovers: comparative evidence from Kenya and Malaysia. *Journal of African Economies*, 26(1), 24-51.

Knack, S., & Keefer, P. (1995). Institutions and economic performance: cross-country tests using alternative institutional measures. *Economics & politics*, 7(3), 207-227.

Kojima, K. (1978). *Direct Foreign Investment: A Japanese Model of Multi-National Business Operations*. Routledge.

Kubayi, M., Mthembu, P., & Patel, A. (2024). A global south G20 presidency in a time of geopolitical afflictions: challenges and opportunities. *Revista Tempo do Mundo*, (34), 175-192.

Kutan, A. M. and Vukšić, G. (2007) 'Foreign Direct Investment and Export Performance: Empirical Evidence'. *Comparative Economic Studies* 49 (3), 430-445.

Lee, J., & Hall Jr, E. (2008). Assessing the impact of export performance: A critical analysis of its effect on diversification. *The Journal of Global Business Management*, 4(1), 56. <http://www.jgbm.org/page/7%20Dr.%20Ernest%20H.%20Hall%20.pdf>

Leigland, J. (2008). The Rise and Fall of Brownfield Concessions. *Working Paper: PPIAF/World Bank*.

Levchenko, A. A. (2004). *Institutional quality and international trade* (IMF Working Paper No. 04/231). International Monetary Fund. <https://doi.org/10.2139/ssrn.646183>

Levchenko, A. A. (2007). Institutional quality and international trade. *The Review of Economic Studies*, 74(3), 791-819.

Lewellyn, K. B. (2014). A cross-national investigation of IPO activity: The role of formal institutions and national culture. *International Business Review*, 23(6), 1167-1178.

Li, C., Tanna, S., & Nissah, B. (2023). The effect of institutions on the foreign direct investment-growth nexus: What matters most?. *The World Economy*, 46(7), 1999-2031.

Li, S., & Samsell, D. P. (2009). Why some countries trade more than others: The effect of the governance environment on trade flows. *Corporate Governance: An International Review*, 17(1), 47-61.

LiPuma, J. A., Newbert, S. L., & Doh, J. P. (2013). The effect of institutional quality on firm export performance in emerging economies: a contingency model of firm age and size. *Small business economics*, 40, 817-841.

Liu, X., & Shu, C. (2003). Determinants of export performance: evidence from Chinese industries. *Economics of Planning*, 36, 45-67.

Loayza, N., Calderón, C. A., & Servén, L. (2004). Greenfield foreign direct investment and mergers and acquisitions: feedback and macroeconomic effects. *Available at SSRN 636612*.

MacFarlan, M., Edison, H., & Spatafora, N. (2022). *Growth and Institutions*.

Mantzavinos, C., North, D. C., & Shariq, S. (2004). Learning, institutions, and economic performance. *Perspectives on politics*, 2(1), 75-84.

Markusen, J. R. (1984). Multinationals, multi-plant economies, and the gains from trade. *Journal of international economics*, 16(3-4), 205-226. [https://doi.org/10.1016/S0022-1996\(84\)80001-X](https://doi.org/10.1016/S0022-1996(84)80001-X)

Markusen, J. R., & Venables, A. J. (1999). Foreign direct investment as a catalyst for industrial development. *European economic review*, 43(2), 335-356.

Martínez, V., Bengoa, M. and Sánchez-Robles, B. (2012) Foreign Direct Investment and Trade: Complements or Substitutes? Empirical Evidence for the European Union. *Technology and Investment*, 3, 105-112. doi: [10.4236/ti.2012.32013](https://doi.org/10.4236/ti.2012.32013).

Martínez-Martín, J. (2010). On the dynamics of exports and FDI: the Spanish internationalization process. *IREA–Working Papers*, 2010, IR10/10.

Martínez-Zarzoso, I., & Márquez-Ramos, L. (2019). Exports and governance: Is the Middle East and North Africa region different?. *The World Economy*, 42(1), 143-174.

Mauro, P. (1995). Corruption and growth. *The quarterly journal of economics*, 110(3), 681-712.

Méon, P. G., & Sekkat, K. (2004). Does the quality of institutions limit the MENA's integration in the world economy?. *World Economy*, 27(9), 1475-1498.

Mitze, T., Alecke, B., & Untiedt, G. (2010). Trade-FDI linkages in a simultaneous equations system of gravity models for German regional data. *Économie internationale*, 122(2), 121-161.

Moran, T. (2011). *Foreign direct investment and development: Launching a second generation of policy research: Avoiding the mistakes of the first, reevaluating policies for developed and developing countries*. Columbia University Press.

Morrissey, O. and Mold, A. (2006) 'Explaining Africa's Export Performance—Taking a New Look' Center for Global Trade Analysis, *Department of Agricultural Economics*, Purdue University, West Lafayette, IN. [online] available from <<https://www.gtap.agecon.purdue.edu/resources/download/2643.pdf>> [25 May 2016].

Mullen, J. K., & Williams, M. (2011). Bilateral FDI and Canadian export activity. *The International Trade Journal*, 25(3), 349-371. <https://doi.org/10.1080/08853908.2011.581611>

Mundell, R. A. (1957). International trade and factor mobility. *the american economic review*, 47(3), 321-335.

North, D. C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge university press.

North, D. C. (1991). Institutions, ideology, and economic performance. *Cato J.*, 11, 477.

North, D. C. (1993). Institutions and credible commitment. *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)/Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 11-23.

Nunn, N. (2007). Relationship-specificity, incomplete contracts, and the pattern of trade. *The quarterly journal of economics*, 122(2), 569-600. <https://doi.org/10.1162/qjec.122.2.569>

Nunn, N., & Trefler, D. (2014). Domestic institutions as a source of comparative advantage. *Handbook of international economics*, 4, 263-315.

Okechukwu, O. (2019). *What is the Impact of Inward Foreign Direct Investment on Export Performance?: Evidence from Nigeria* (Doctoral dissertation, Coventry University).

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). (n.d.). *FDI stocks*. Retrieved June 23, 2025, from <https://www.oecd.org/en/data/indicators/fdi-stocks.html>

Osabuohien-Irabor, O., & Drapkin, I. M. (2022). The Effects of Outward Foreign Direct Investment and Institutional Quality on Economic Growth. *Proceedings of CBU in Economics and Business*, 3, 50-56.

Osarumwense, O. I., & Igor M, D. (2023). Global outward foreign direct investment and economic growth across income groups: The mediating effect of home country institutions. *Sage Open*, 13(2), 21582440231163843.

Oshota, S. O., & Wahab, B. A. (2022). Institutional quality and intra-regional trade flows: evidence from ECOWAS. *Journal of African Trade*, 9(1), 73-106. <https://doi.org/10.1007/s44232-022-00005-9>

Pacheco-López, P. (2005). Foreign direct investment, exports and imports in Mexico. *World Economy*, 28(8), 1157-1172.

Pande, R., & Udry, C. (2005). *Institutions and development: A view from below* (No. 928). Center discussion paper.

Peng, M. W., Sun, S. L., Pinkham, B., & Chen, H. (2009). The institution-based view as a third leg for a strategy tripod. *Academy of management perspectives*, 23(3), 63-81.

Purvis, D. D. (1972). Technology, trade and factor mobility. *The Economic Journal*, 82(327), 991-999. <https://doi.org/10.2307/2230263>

Rahmaddi, R., & Ichihashi, M. (2013). The role of foreign direct investment in Indonesia's manufacturing exports. *Bulletin of Indonesian Economic Studies*, 49(3), 329-354.

Rahman, M. N., & Semenovskiy, I. D. (2022). Outward FDI: Theories and determinants. *Manag Econ Res J*, 8(1). <https://doi.org/10.18639/merj.2022.9900064>

Ramadhani, T. A., Rachman, M. A., & Sugiyanto, F. X. (2018). The Effect of Investment and Export on Manufacturing Industry in Indonesia. *KnE Social Sciences*, 1125-1140. <https://doi.org/10.18502/kss.v3i10.3198>

Rauch, J. E. (2001). Business and social networks in international trade. *Journal of economic literature*, 39(4), 1177-1203.

Redding, S., & Venables, A. (2004). Geography and export performance: external market access and internal supply capacity. In *Challenges to globalization: Analyzing the economics* (pp. 95-130). University of Chicago Press.

Rehman, F. U., & Ding, Y. (2019). The nexus between outward foreign direct investment and export sophistication: new evidence from China. *Applied Economics Letters*, 27(5), 357–365. <https://doi.org/10.1080/13504851.2019.1616056>

Ricardo, D. (1817). On the principles of political economy and taxation. John Murray. <https://www.doc88.com/p-0963999514142.html>

Sabir, S., Rafique, A., & Abbas, K. (2019). Institutions and FDI: evidence from developed and developing countries. *Financial Innovation*, 5(1), 1-20.

Sabra, M. M. (2021). Does Inward FDI promote exports and GDP: Dynamic panel evidence from selected MENA countries. *Journal of Applied Economics & Business Research*, 11(1), 12-24.

Sahoo, P., & Dash, R. K. (2022). Does FDI have differential impacts on exports? Evidence from developing countries. *International Economics*, 172, 227-237. <https://doi.org/10.1016/j.inteco.2022.10.002>

Samadi, A. H., & Alipourian, M. (2021). Measuring institutional quality: a review. *Dynamics of institutional change in emerging market economies: theories, concepts and mechanisms*, 143-171. https://doi.org/10.1007/978-3-030-61342-6_6

Samantha, N. P. G., & Haiyun, L. (2018). Does Inward foreign direct investment promote export? Empirical evidence from Sri Lanka. *Business and Economic Research*, 8(1). <https://doi.org/10.5296/ber.v8i3.13061>

Samuelson, P. A. (1949). International factor-price equalisation once again. *The economic journal*, 59(234), 181-197. <https://doi.org/10.2307/2226683>

Schmitz, A., & Helmberger, P. (1970). Factor mobility and international trade: the case of complementarity. *The American Economic Review*, 60(4), 761-767.

Schmoller, G. (1905). *Principes d'économie politique* (Vol. 1). Giard.

Scott, W. R. (1995). Institutions and organizations: Ideas, interests and identities. Stanford, USA: *SAGE publications*.

Shamim, M. A., Khan, R. A., Ghais, K. A., & Shaikh, E. A. (2016). FDI-export nexus in Pakistan: a time series analysis. *Global Management Journal for Academic & Corporate Studies*, 6(1), 115.

Sila, M. (2016). Analysis of governance and export performance in the EAC. (Unpublished Master Dissertation). University of Nairobi, Kenya.

Singh, S. (2017). The Relationship between FDI outflows, exports and GDP in India: An application of the autoregressive distributed lag model. *Economic Affairs*, 62(3), 471-481.

Soeng, R., & Cuyvers, L. (2018). Domestic institutions and export performance: Evidence for Cambodia. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 27(4), 389-408.

Song Zhang, Kaliappa Kalirajan & Chunlai Chen (2024) The impact of outward foreign direct investment on China's export: an analysis using two-tier stochastic frontier gravity model, *Journal of the Asia Pacific Economy*, 29:2, 545-565, DOI: 10.1080/13547860.2022.2029048

Sultan, Z. A. (2013). A causal relationship between FDI inflows and export: The case of India. *Journal of Economics and Sustainable Development*, 4(2), 1-9.

The World Bank. (n.d). Metadata Glossary. <https://databank.worldbank.org/metadataglossary/world-development-indicators/series/BX.KLT.DINV.WD.GD.ZS>

The World Bank. (n.d). What is the difference between Foreign Direct Investment (FDI) net inflows and net outflows? <https://datahelpdesk.worldbank.org/knowledgebase/articles/114954-what-is-the-difference-between-foreign-direct-inve>

Tondé, W. D. (2024). International trade and institutional quality in West African Economic and Monetary Union countries: A causality analysis. *The Journal of International Trade & Economic Development*, 1-17. DOI:10.1080/09638199.2024.2433004

Tuomela, R. (2002). *The philosophy of social practices: A collective acceptance view*. Cambridge University Press.

Tuomela, R. (2013). *Social ontology: Collective intentionality and group agents*. Oxford University Press.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2001). World Investment Report (2001), New York: United Nations, [Online] Available: <http://www.unctad.org/en/docs/wir01full.en.pdf>.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). (2002). World Investment Report: Transnational corporations and Export Competitiveness (2002), New York: United Nations, [Online] Available: http://www.unctad.org/en/docs/wir2002_en.pdf.

United Nations Conference on Trade and Development. (n.d.). *FDI flows stock*. Retrieved June 23, 2025, from <https://unctadstat.unctad.org/datacentre/reportInfo/US.FdiFlowsStock>

Vernon, R. (1966). International Investment and International Trade in the Product Cycle. *The Quarterly Journal of Economics*, 80, 190-207. <http://dx.doi.org/10.2307/1880689>

Vukšić, G. (2005). Impact of foreign direct investment on Croatian manufacturing exports. *Financial theory and practice*, 29(2), 131-158.

Wang, S., & Abdul Latiff, A. R. B. (2024) The Impact of Outward Foreign Direct Investment on International Trade: A Systematic Literature Review. *The Impact of Outward Foreign Direct Investment on International Trade: A Systematic Literature Review*. <https://ssrn.com/abstract=4833013>

Wani, S. H., Yasmin, E., & Soudager, M. A. (2023). Role of Institutional Quality in Trade Openness and Economic Growth Nexus: Empirical Evidence from India. *Statistika: Statistics & Economy Journal*, 103(2).

Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge: The MIT Press.

Wu, J., Li, S., & Samsell, D. (2012). Why some countries trade more, some trade less, some trade almost nothing: The effect of the governance environment on trade flows. *International Business Review*, 21(2), 225-238.

Xiong, T., & Sun, H. (2021). Structure and dynamics of global capital and international trade: Analysis of the relationship between exports and foreign direct investment (FDI) from 2001 to 2006. *International Journal of Finance & Economics*, 26(1), 542-559.

Yu, S., Beugelsdijk, S., & de Haan, J. (2015). Trade, trust and the rule of law. *European Journal of Political Economy*, 37, 102-115.

Yushi, J., & Borojo, D. G. (2019). The impacts of institutional quality and infrastructure on overall and intra-Africa trade. *Economics*, 13(1), 20190010. doi: 10.5018/economics-ejournal.ja.2019-10.

Zhang, K. H. (2005). How does FDI affect a host country's export performance? The case of China. In *International conference of WTO, China and the Asian Economies* (pp. 25-26).

Zhang, K. H. (2006). FDI and host countries' exports: The case of China. *Economia Internazionale/International Economics*, 59(1), 113-127.

Zhang, K. H., & Markusen, J. R. (1999). Vertical multinationals and host-country characteristics. *Journal of Development Economics*, 59(2), 233-252.

Zhang, K. H., & Song, S. (2001). Promoting exports: the role of Inward FDI in China. *China economic review*, 11(4), 385-396.

A. Anexo A: Estatísticas descritivas e correlações G7 e E7

Tabela A.1: Estatísticas descritivas- G7

	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Skewness	Kurtosis	Jarque-Bera	Observações
XPIB	20.98734	20.67691	40.24999	6.672887	9.041687	0.430398	2.424869	5.939253	133
IDEINW	32.39038	26.65000	95.47000	2.090000	21.65986	0.872286	3.271521	17.27477	133
IDEOUT	44.76617	40.18000	129.5100	8.000000	22.97047	1.302692	5.349984	68.22041	133
CC	87.43595	91.26214	96.65072	56.73080	10.27517	-1.756153	4.810210	86.52287	133
EG	87.79994	90.52132	97.56097	58.73790	9.053076	-1.664702	4.634185	76.22832	133
EP	68.08505	64.92890	94.28570	42.85710	12.26744	0.258041	2.154417	5.438325	133
ED	87.32447	90.61033	96.68246	57.61900	10.59936	-1.842946	4.870949	94.68628	133
QR	88.38678	90.43062	99.50980	68.09520	7.194542	-0.889179	3.170302	17.68658	133
VR	87.49756	89.65520	96.60194	72.94690	6.772047	-0.401251	1.876039	10.56961	133
PIBRM	69011019	67836207	91534133	41064006	11915176	0.028333	2.188462	3.667498	133
REER	103.5118	101.6600	130.3200	74.89000	10.54825	0.396551	3.870834	7.688298	133

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Tabela A.2: Correlação das variáveis- G7

	XPIB	IDEINW	IDEOUT	CC	EG	EP	ED	QR	VR	PIBRM	REER
XPIB	1.000000										
IDEINW	0.054540	1.000000									
IDEOUT	0.176858**	0.831028***	1.000000								
CC	0.038168	0.340951***	0.462163***	1.000000							
EG	-0.089996	0.263269***	0.416170***	0.918878***	1.000000						
EP	0.256723***	-0.070698	0.121477	0.359067***	0.395650***	1.000000					
ED	-0.064366	0.332115***	0.440593***	0.952067***	0.959207***	0.322954***	1.000000				
QR	-0.062458	0.527746***	0.569127***	0.824764***	0.832915***	0.241947***	0.868054***	1.000000			
VR	0.541909***	0.519535***	0.629444***	0.639539***	0.498134***	0.234167***	0.560245***	0.609910***	1.000000		
PIBRM	0.338384***	0.294020***	0.458392***	-0.060388	-0.134330	0.029285	-0.161932*	-0.131351	0.081039	1.000000	
REER	0.129190	0.089761	-0.034787	0.102327	0.039424	0.259027***	0.058536	0.071707	0.171483**	-0.195180**	1.000000

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Tabela A.3: Estatísticas descritivas- E7

	Média	Mediana	Máximo	Mínimo	Desvio Padrão	Skewness	Kurtosis	Jarque-Bera	Observações
XPIB	20.50291	19.65079	39.39392	8.995075	7.348303	0.453124	2.472060	6.050036	132
IDEINW	22.07015	20.77000	48.57000	5.250000	9.931711	0.762256	2.980434	12.78487	132
IDEOUT	9.414697	7.375000	27.70000	0.270000	6.302837	0.888419	3.218663	17.62734	132
CC	38.93358	41.26210	63.03320	11.00480	13.37678	-0.419919	2.342596	6.256296	132
EG	52.33323	53.01390	75.71430	25.94340	10.82751	-0.164632	2.384811	2.677797	132
EP	22.95715	22.64150	51.18480	4.761900	8.678275	0.518160	3.300810	6.404457	132
ED	40.25811	40.89875	57.69230	12.26420	12.01978	-0.372266	2.179087	6.755246	132
QR	48.14448	47.14290	66.82460	12.73580	10.19130	-0.377833	3.611689	5.198572	132
VR	40.01532	46.39420	65.87680	4.694840	19.68866	-0.570965	1.876570	14.11354	132
PIBRM	71436980	70165496	92138305	52202282	10739021	0.248754	1.934923	7.600470	132
REER	114.2472	103.9400	179.7400	67.84000	24.64617	0.757168	2.865077	12.71279	132

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

Tabela A.4: Correlação das variáveis- E7

	XPIB	IDEINW	IDEOUT	CC	EG	EP	ED	QR	VR	PIBRM	REER
XPIB	1.000000										
IDEINW	0.323899***	1.000000									
IDEOUT	0.271544***	0.492519***	1.000000								
CC	-0.653760***	-0.386972***	-0.620636***	1.000000							
EG	-0.206547**	-0.417795***	-0.334239***	0.611468***	1.000000						
EP	-0.242753***	0.139257	0.099623	0.246565***	0.099162	1.000000					
ED	-0.744883***	-0.338964***	-0.517303***	0.798596***	0.579883***	0.165414*	1.000000				
QR	-0.032399	0.255416***	-0.340794***	0.445001***	0.410495***	0.160283*	0.346171***	1.000000			
VR	-0.485219***	0.260545***	-0.339784***	0.301522***	-0.103016	0.085741	0.447104***	0.370592***	1.000000		
PIBRM	0.013833	0.426856***	0.293352***	-0.260077***	-0.188210**	-0.140460	-0.120787	-0.134667	0.063704	1.000000	
REER	-0.284578***	0.229846***	-0.067889	0.339783***	0.018758	0.121868	0.199137**	0.512744***	0.327922***	0.156566*	1.000000

Fonte: elaboração própria no Eviews 12

B. Anexo B: Estimação do modelo com efeitos aleatórios – G20

Tabela B.1: Resultados das estimações, Panel EGLS modelo com efeitos aleatórios – G20

Variável Dependente: LNXPIB						
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
	LNQI=LNCC	LNQI=LNNEG	LNQI=LNNEP	LNQI=LNED	LNQI=LNQR	LNQI=LNVR
LNIDEINW	0.576276***	1.103851***	0.031518	0.977882***	1.888299***	-0.040781
LNIDEOUT	-0.609383***	-0.534851**	-0.139327**	-0.419230***	-0.721263***	-0.476075***
LNPIBRM	-0.193790*	-0.166093*	-0.182658*	-0.162504*	-0.110901	-0.133689
LNREER	-0.490278***	-0.475298***	-0.640915***	-0.534655***	-0.608888***	-0.402764***
LNQI	-0.297641*	0.066453	-0.268714*	0.065377	0.719407**	-0.519165***
LNQI*LNIDEINW	-0.119383**	-0.246050***	0.025954	-0.217915***	-0.434245***	0.036162
LNQI*LNIDEOUT	0.139105***	0.121861**	0.020656	0.094987***	0.159760	0.117028
Observações	360	360	360	360	360	360
R2	0.351306	0.329782	0.287062	0.345530	0.331623	0.386596
R2 ajustado	0.338406	0.316454	0.272884	0.332515	0.318331	0.374397
Estatística F	27.23265	24.74316	20.24738	26.54849	24.94983	
Prob. (Estatística F)	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000	0.000000

Fonte: elaboração própria no Eviews 12